

Lincoln Christian Fernandes

MEMÓRIA OU ESQUECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR?

Um itinerário de pesquisa
de intervenção



2015

Reitor: Damião Duque de Farias
Vice-Reitora: Marlene Estevão Marchetti
Pró-Reitor de Planejamento e Avaliação Institucional: Edvaldo César Moretti

EDITORA DA UFGD
Coordenação editorial: Paulo Custódio de Oliveira
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F363m Fernandes, Lincoln Christian
Memória ou esquecimento da educação escolar?: um
itinerário de pesquisa de intervenção [livro eletrônico] / Lincoln
Christian Fernandes -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
(Coleção Teses e Dissertações).
104p. ; 468 KB ePUB

ISBN: 978-85-8147-101-3
Possui referências

1. Memória escolar. 2. Documentos orais. 3. Centro
de documentação. I. Título.

CDD – 370.78

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme lei nº 9.610 de 1998

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
1. LAMENTAR O ESQUECIMENTO OU INTERVIR PARA APREENDER A MEMÓRIA ESCOLAR?	13
Intervenção sociológica e o estudo de caso	16
História Oral e informática como ferramentas de preservação da memória escolar	20
História Oral e procedimentos aplicados na produção dos documentos orais	32
Pesquisa bibliográfica de fundamentação teórica e metodológica	33
Pesquisa documental	34
Projeto de mapeamento das fontes históricas escolares	35
Projeto de intervenção – produção de fontes orais	35
Observações complementares	36
Criação do acervo documental digitalizado	37
Análise dos dados e constituição do centro de documentação escolar	37
Centro de Documentação Escolar e as tecnologias da informação e comunicação informatizadas	38
A pesquisa-ação, o pesquisador professor e os alunos sujeitos	43
2. ESCOLA CAPILÉ: LUGAR DE MEMÓRIA	47
O centro de documentação escolar e a preservação da memória	50

3. O ITINERÁRIO DA INTERVENÇÃO	59
Em busca das evidências e dos sinais: um estudo de caso	62
Memória do cotidiano escolar apreendida pela comunidade escolar	65
Intervenção e ação: as fases da execução	67
O Centro de Memória Escolar da Escola Capilé: caminhos da intervenção	70
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 96
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA	99

Meus sinceros agradecimentos a todos (as) que colaboraram direta e indiretamente para a realização desta obra, familiares, amigos (as), professores (as) e pesquisadores (as).

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados em 2011. Foram dois anos de trabalho intenso, tendo a preocupação de colaborar com o processo de compreender a educação numa dimensão histórica e social a partir da combinação entre conhecimento teórico e o mundo das experiências, das práticas, o empírico.

A investigação focou no trabalho de criação de núcleo preservacionista da memória social da educação escolar em um estudo de caso na cidade de Dourados/MS. Houve identificação da situação do patrimônio histórico escolar, ou melhor, a constatação de que o esquecimento e o silêncio prevaleciam sobre a memória escolar, principalmente entre as instituições públicas de ensino. A pesquisa foi direcionada a uma proposta de intervenção no cotidiano escolar. Para tal, utilizou-se as ferramentas da intervenção sociológica e da pesquisa-ação.

Optou-se por abordar o processo de intervenção no contexto do estudo de caso realizado em uma escola da rede estadual da cidade, buscando proporcionar aos leitores um contato maior com uma experiência de pesquisa compreendida como inovadora, pois não seguiu o padrão das investigações históricas tradicionais, dedicadas principalmente ao trabalho de observar, relatar e analisar. Ao contrário, desenvolveu-se a partir da identificação de práticas no interior da instituição de ensino, apresentando em seguida à comunidade escolar um plano de ação para intervir na realidade do cotidiano educacional. Assim, esse trabalho possibilita uma compreensão

por meio do itinerário da pesquisa executada, de todo o caminho percorrido e da aproximação dos diferentes sujeitos que participaram do processo de criação de um centro de documentação.

Além disso, a pesquisa insere a questão da preservação da memória escolar a partir dos suportes da informática. Portanto, a multidisciplinaridade se torna uma importante característica, pois foi desenvolvido dentro da área da educação, do campo histórico, com apropriações das ciências sociais e particularmente com usos das tecnologias informatizadas.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, de cunho teórico, situa o emprego da metodologia, do método e da técnica do contexto da pesquisa com história, memória e as novas tecnologias da informação e comunicação NTICs. O segundo traz a instituição escolar como lugar da memória. O último capítulo traz o itinerário da intervenção de forma pormenorizada.

INTRODUÇÃO

Desde a última década do século XX, a percepção do espaço escolar como um lugar de memória tem atraído os olhares de pesquisadores com novas perspectivas de análises históricas e educacionais sobre fenômenos próprios da escola e da educação escolar. A escolha de trabalhar com história e memória de instituições escolares públicas e de regiões interioranas ou não centrais foi parte de um processo que, à primeira vista, deveria ter o tema relacionado com a linha de pesquisa “história e memória da educação” do programa de pós-graduação em educação PPGEdU/UFGD. Em seguida, a opção em abordar tal temática se deve ao reconhecimento da importância de pensar a educação básica e pela verificação da pouca expressividade de estudos e obras dedicadas à história e memória de instituições de ensino brasileiras. Por outro lado, também já é possível reconhecer que atualmente existe a preocupação dos agentes políticos com o presente e o futuro da educação escolar pública do país. Tal observação é facilmente percebida pelas plataformas de candidatos em pleitos eleitorais na primeira década do século XXI, colocando a educação com uma das grandes prioridades junto com saúde, segurança e outros. Porém, é importante reconhecer que a transformação necessária e urgente ainda está por acontecer, especialmente em relação à qualidade do que é oferecido pelas escolas.

Inscribendo esse trabalho que resultou de investigação científica como uma contribuição à educação pública brasileira de forma reflexiva e dentro de uma percepção transformadora da realidade escolar, pretende-se colocar como mais um instrumento de análise para a recente e árdua busca pela compreensão da cultura escolar.

Assim, o referente trabalho focou na proposta de realizar inicialmente uma pesquisa de observação de instituições escolares no contexto da perda da memória social ou silenciamento das memórias individuais de comunidades escolares. Em seguida, foi proposto um plano de intervenção em parceria com os sujeitos escolares de uma instituição escolhida para estudo de caso na cidade de Dourados.

Fez-se um recorte da pesquisa, assim, foi priorizada a escrita em torno das condições que resultaram escolha pela pesquisa de intervenção, a análise dos instrumentos metodológicos e principalmente um relato do itinerário da pesquisa com uma avaliação do processo.

Outro elemento importante a ser considerado inicialmente nesse trabalho é a opção por abordar as novas tecnologias da informação e comunicação dentro do campo da história da educação, inserindo conceitos e práticas da área das novas tecnologias para elaboração de objetivos específicos quanto à problemática do esquecimento e silêncio da memória social de instituições escolares. Por meio de ferramentas informatizadas que já fazem parte do cotidiano escolar, ou seja, através da utilização dos equipamentos de informática e softwares que a grande maioria das escolas públicas da cidade de Dourados já possui, foi possível propor um estudo de caso com o objetivo de construção de um núcleo preservacionista no interior de uma escola escolhida para essa tarefa.

Nessa perspectiva, os objetivos foram pensados e surgiram de acordo com a problemática estabelecida, sendo que o objetivo principal foi a apreensão de outras memórias, aquelas que dificilmente são passíveis de serem guardadas nos documentos oficiais, os textos (impressos ou manuscritos), produzidos ou recebidos nas instituições escolares.

Os objetivos foram específicos – primeiro, a compreensão de que esse núcleo preservacionista poderia servir de mecanismo para aproximação dos grupos sociais que compõem a comunidade escolar da instituição do estudo de caso. A ideia inicial foi de estabele-

cer uma metodologia de trabalho que envolvesse principalmente o corpo discente da instituição na execução de um plano com metas para criação de um suporte informatizado para apreensão da memória do cotidiano escolar. Assim, através da implantação de uma atividade de produção de documentos orais e organização de acervo, inserida no processo de ensino aprendizagem, possibilitando o nascimento ou renascimento do laço social que une os segmentos sociais. Além disso, também foi pensado que através da criação de um centro de documentação escolar, o efeito disso possa a médio e longo prazo colaborar como a construção ou reconstrução da identidade da comunidade.

Nesse sentido, a reflexão conduziu a investigação para uma intervenção na realidade escolar da instituição escolhida. A investigação deixava de ser de natureza descritiva para ser experimental. O estudo de caso funcionou como um observatório, por isso, tornou-se importante um aprofundamento sobre abordagem metodológica e, nesse processo a intervenção sociológica surgiu com uma opção crucial para planejar a intervenção. Ela ocorreu em duas fases distintas, primeiro a fase do planejamento e segundo a da ação. Cada fase dessas foi realizada em um semestre. Com relação à primeira fase, foi necessária a produção de um “manual de projetos de intervenção”, para atender às necessidades desse objetivo específico e outras possíveis pesquisas com foco para a apreensão da memória da educação escolar em formato de intervenção.

É oportuno ressaltar que o presente trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro foi dedicado à análise e fundamentação metodológica; o segundo foi uma análise da instituição onde foi realizado o estudo. Já o terceiro voltou-se à produção de um itinerário das ações da intervenção realizadas no estudo de caso.

O primeiro capítulo foi organizado no sentido de discutir o referencial metodológico utilizado na investigação, fazendo uma breve distinção entre elementos muito utilizados, metodologia, mé-

todo e técnica. Também apresenta a ideia de hibridismo metodológico ao utilizar como abordagem dois referenciais metodológicos, a história oral e a intervenção sociológica. Ainda, utiliza o método de pesquisa-ação na articulação entre as metas da pesquisa e os sujeitos escolares, no caso, a intervenção propriamente dita. Nesse capítulo se encontram os modos da produção, divididos nos seguintes subitens: o método de intervenção sociológica e o estudo de caso; História Oral e informática na pesquisa em História das Instituições Escolares; História Oral e procedimentos aplicados na produção das fontes orais; centro de documentação escolar e as tecnologias da informação informatizadas; a pesquisa-ação, o pesquisador professor e os alunos sujeitos. O segundo foi para refletir sobre a realidade da instituição escolar em que a intervenção foi realizada.

No segundo capítulo, a prioridade foi a compreensão da instituição de ensino escolhida para realização da intervenção e também para discutir a escola pública como lugar de memória. O terceiro foi escrito a partir dos procedimentos adotados desde o momento em que se optou por trabalhar com estudo de caso. Um itinerário da pesquisa com marco inicial na fase em que foi preciso criar mecanismos para mapear a situação dos arquivos escolares e a preocupação com a preservação da memória nas instituições de ensino na cidade de Dourados até o lançamento do Centro de Memória Escolar da Escola Capilé em plataforma informatizada. Os subitens foram organizados da seguinte forma: em busca das evidências e dos sinais: o estudo de caso; memória do cotidiano escolar apreendida pela comunidade escolar; intervenção e ação: as fases da execução; o Centro de Memória Escolar da Escola Capilé: caminhos da intervenção.

Capítulo I

LAMENTAR O ESQUECIMENTO OU INTERVIR PARA APREENDER A MEMÓRIA ESCOLAR?

Ao se propor a escrita do percurso percorrido em pesquisa realizada no interior de uma instituição educacional, considerou-se relevante explicitar de que modo os referenciais teóricos e metodológicos puderam colaborar com a realização da intervenção no contexto da cultura escolar. A partir da problemática do esquecimento e silêncio da memória social, a pesquisa teve o formato de estudo de caso na Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé.

Inicialmente, a construção deste trabalho foi, em parte, pensada e estruturada na busca por respostas de questões como: “Por que o prestígio social das escolas públicas da educação básica está em baixa?” e “O que falta para os indivíduos se sentirem parte da comunidade escolar?”. Assim, ao reafirmar a problemática da pesquisa, o esquecimento ou silêncio da memória do cotidiano escolar, que no contexto analisado foi possível compreender que inicialmente isso se explica pela falta de políticas públicas educacionais direcionadas a preservação da memória e também pela falta de tradição em arquivamento de documentos memorialista nas instituições escolares, cada qual com suas especificidades. Mas, considerando principalmente as escolas públicas de regiões interioranas e não centrais, é fundamental alertar sobre as limitações e implicações metodológicas que dificultam o trabalho de investigação dos historiadores da educação.

A partir da intencionalidade de se trabalhar com a integração das novas tecnologias da informação e comunicação para cria-

ção de um núcleo preservacionista da memória escolar, torna-se possível apontar para o uso de diferentes metodologias, métodos e técnicas para abordar a questão da preservação da memória em contraposição ao esquecimento ou silêncio. Ocorreu então a necessidade de se trabalhar a ideia de hibridismo metodológico, ou seja, investigar na perspectiva de abordagens que se completam de acordo com o tipo do projeto de pesquisa. As abordagens utilizadas no trabalho realizado no interior da escola têm suas particularidades e grandezas, porém, pelas circunstâncias da investigação, sozinhas não atenderiam aos resultados esperados. Desta forma, vale considerar também que a abordagem teórica foi desenvolvida a partir dos referenciais da história cultural e da história local e regional, a primeira refere-se a historiografia francesa de autores como Chartier e a segunda a historiografia italiana, que tem como referência a obra de Ginzburg. Mas em relação à abordagem metodológica é que foi um desafio pensar no trabalho conjugado entre importantes e reconhecidas metodologias científicas. Assim, torna-se oportuno abrir espaço para uma breve apresentação sobre as diferenças entre o que seria metodologia, método e técnica, principalmente por se utilizar muito esses termos. Conforme apontou Thiollent (1988), existe uma falta de compreensão a respeito do significado desses termos, no caso uma confusão terminológica. De acordo com esse autor existe uma distinção significativa entre ambos, mas principalmente em relação ao seguinte:

Esta distinção existe sob forma genérica como distinção entre informação e meta-informação ou conhecimento e meta-conhecimento. Podemos distinguir o nível do método efetivo (ou da técnica) aplicado na captação da informação social e a metodologia como metanível, no qual é determinado como se deve explicar ou interpretar a informação colhida (THIOLLENT, 1988, p. 25).

Desta forma, metodologia é algo maior, deve possuir um embasamento teórico que funcione como suporte para guiar a análise

sobre a aplicação dos diversos métodos utilizados no levantamento das informações pertinentes à investigação. A metodologia trata também da avaliação de técnicas de pesquisa e criação ou experimentação de novos métodos voltados a resolver problemas de investigação científica. Entre método e técnica há também uma distinção considerável. Thiollent (1988) destaca que “A diferença entre método e técnica reside no fato de que a segunda possui em geral um objetivo muito mais restrito do que o primeiro” (1988, p.26).

Então, antes de tratar de cada metodologia utilizada na pesquisa, da apropriação e do trabalho conjugado ou híbrido, torna-se relevante discutir a proposta de desenvolvimento desta investigação pelo caminho da pesquisa social científica. De acordo com May (2004), o exercício real da ciência mostra que além da possibilidade de se obter perspectivas diferentes sobre o mesmo fenômeno, também é possível pensar em “(...) métodos alternativos de coleta de informação e de análise dos dados resultantes” (2004, p. 22). As colocações de May (2004) justificam a utilização do termo empregado nesta pesquisa, *hibridismo metodológico*. Ao pensar nas ciências naturais, conforme May (2004), seria uma grande dificuldade pensar no arranjo de métodos na produção do conhecimento científico. Mas o autor considera que, em se tratando de pesquisa histórica e das ciências sociais, isso não deve representar limitação ao trabalho, principalmente por trabalhar com a história da educação e pela compreensão de que esse é um campo caracterizado por trabalhos produzidos na perspectiva da interdisciplinaridade.

Ainda de acordo com May (2004), há uma indagação importante sobre a utilização de métodos variados na pesquisa científica: “Se não há uma única maneira estabelecida de trabalhar, então, com certeza, isso mina a idéia de uma disciplina científica?” (Idem, ibidem). A questão do autor é justamente apropriada para a situação desta pesquisa realizada no interior da instituição escolar. O próprio May (2004) buscou responder parcialmente à questão co-

locada na sua obra com um desafio, “Talvez, contudo, devêssemos desafiar a idéia de que a ciência é uma explicação total e completa do mundo social ou natural, que está além da nossa crítica, ou de que a unidade de método é necessariamente algo bom” (2004, p. 22). Portanto, é a partir dessa perspectiva que o presente trabalho foi produzido, aceitando o desafio colocado de refletir sobre o fenômeno do esquecimento e silêncio da memória das instituições públicas de ensino do interior ou de regiões não centrais.

Intervenção sociológica e o estudo de caso

Ao se propor uma investigação científica no campo da história da educação, reconhecendo também que este campo está vinculado ao campo da História, é preciso considerar que para o seu desenvolvimento foi necessário se apropriar de metodologia das ciências sociais, a metodologia de Intervenção Sociológica, desenvolvida pelo francês Touraine. Ainda é pouco conhecida e utilizada entre historiadores brasileiros. Assim, a análise da conjugação de referenciais metodológicos das ciências humanas e sociais foi considerada positiva, principalmente pelo fato da pesquisa ser direcionada na perspectiva da educação escolar.

Com o propósito de fazer uma breve apresentação teórica da metodologia de Intervenção Sociológica de Touraine e contextualizar sua aplicação, é importante citar Palhares (2000), que considera os aspectos relevantes do método. Assim, tal como Palhares (2000), a intenção desse trabalho é fazer uso do referencial metodológico que atende a questão da investigação através da pesquisa social. Mas o fundamental é reconhecer o impacto e a inovação possibilitada por esse tipo de abordagem, com propósito de se inserir no contexto da problemática observada. Assim, ao contrário das pesquisas mais tradicionais e conservadoras do campo da História, principalmente aquelas relacionadas a extensos relatos de observação obti-

dos por historiadores no árduo trabalho de investigação científica, a Intervenção Sociológica permite “estudar de que maneira uma sociedade se produz a si própria, através dos seus modelos culturais e das suas relações sociais” (TOURAINÉ, 1982, p.38). Neste sentido, na apropriação dessa abordagem específica na pesquisa, ao realizar o estudo de caso, torna-se fundamental ir além da observação, pois conforme Touraine (1982);

É preciso criar, de maneira quase experimental, situações nas quais o peso das situações cotidianas, seja o mais reduzido possível e nas quais o ator fique em posição de manifestar, o mais fortemente possível, o seu questionamento dessa situação, seus próprios objetivos e a consciência que tem dos conflitos em que está envolvido para alcançá-los (1982, p. 39).

Com a possibilidade de direcionar o estudo para a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação – NTICs – para fomentar a criação de centro de documentação escolar como núcleo preservacionista da memória social e para valorização da história da educação, assim, o *meio* para se alcançar o fim, deu-se através da preparação de uma situação experimental. Neste sentido, foi pensando num plano de intervenção a partir da definição da própria temática do trabalho, história e memória de instituições escolares que se desenvolveu o trabalho no interior da Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé. Acredita-se que dentro dos estudos recentes de cultura escolar, a execução do plano (meio) se tornou relevante o suficiente para justificar o desenvolvimento de uma ferramenta que, ao final desta investigação, trouxe importantes contribuições para a instituição escolar que recebeu a intervenção. Através dessa prática, foi possível pensar na hipótese do benefício que o modelo pode trazer para outras instituições públicas de regiões interioranas e não centrais. Portanto, ficou definido como tema/meio: a sistematização das NTICs para preservação da memória es-

colar. Ao se utilizar este tema/meio, primeiro é preciso ressaltar que a comunidade existe a partir do referencial do lugar, neste caso, a instituição de ensino, o lugar da memória, que por motivos variados se encontra esquecida e silenciada, impedindo seus indivíduos de se sentirem parte de um grupo e mais, neutralizando a capacidade dos sujeitos de reconhecerem sua identidade ou, com outras palavras, o sentido da existência enquanto ser social.

Ao relacionar a memória social com identidade, Castells (2008) entende que a identidade funciona como “[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados [...]” (2008, p.22). Mas estes significados só se tornam identidade individual ou coletiva quando os indivíduos se tornam sujeitos da própria história, quando passam a ser capazes de se reconhecerem como grupo social e ao serem reconhecidos pelos outros de modo como verdadeiramente são. Por isso, a referência imediata de pertencimento é o lugar, onde as pessoas se socializam e se integram, formando grupos sociais com seus pares. Mas a identidade dos grupos só é constituída na medida em que as mesmas pessoas participam de ações sociais coletivas, de forma que ao longo do tempo surge o sentimento de pertencimento, do laço social.

A proposta do estudo de caso ocorreu por meio de uma intervenção da realidade social, partindo dos princípios da metodologia de Intervenção Sociológica, considerando que a intervenção pode trazer indivíduos de uma experiência de ausência do sentimento de pertencimento a uma comunidade e da identidade deste grupo para uma situação de reconhecimento da coletividade na composição heterogênea dos indivíduos. A partir da análise da obra de Castells (2008), trata-se de três formas de construção da identidade, sendo a que chamou a atenção foi “identidade de projeto”, por sua exigência em colocar os indivíduos no centro da intervenção, não bastando envolvê-los. Assim, na busca pela identidade da comuni-

dade escolar, foi necessário envolver diretamente os sujeitos escolares dos diferentes segmentos no planejamento e na execução da intervenção. Somente desta maneira, ou seja, analisando a partir da referência “identidade de projeto” (2008), trabalhada com a pesquisa social e a utilização de metodologias (método de intervenção e história oral), é possível imaginar uma transformação da realidade social pertinente à educação escolar. Segundo Castells (2008);

Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (2008, p.24).

Para esse autor, a mudança tem que ocorrer no indivíduo e este tem que se tornar sujeito. Castells (2008), que cita o francês Touraine, para analisar o que seria um indivíduo e um sujeito, “Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual...” (TOURAINÉ apud CASTELLS, 2008, p.26). Portanto, fica evidente a importância da efetiva participação de membros da própria comunidade escolar, pois o envolvimento pode despertar neles o desejo de se tornarem sujeitos, especialmente quando percebem que estão fazendo história.

A pesquisa se desenvolveu em formato de *estudo de caso*, ou seja, a intervenção foi aplicada na realidade social de uma comunidade, partindo do trabalho de conscientização até a entrega de núcleo preservacionista da memória, recorrendo às NTICs. Foram fundamentais as discussões em torno da obra de Lüdke (1986), principalmente aquelas relacionadas ao tempo de um estudo de caso, já que as condições dos pesquisadores brasileiros são limitadas pelas variadas atividades colocadas pela situação da pesquisa no Brasil. Assim, com a impossibilidade de uma permanência longa

e concentrada em campo, segundo André (2005), o ideal é que a pesquisa seja desenvolvida em “[...] período ‘condensado’ de tempo e que procure deliberadamente, captar e relatar pontos de vista de grupos ou pessoas com pontos de vistas variados a respeito do caso em estudo” (2005, p.60).

Segundo André (2005), torna-se imprescindível a clareza e o detalhamento do uso dos métodos e das técnicas, pois se deve garantir, através da tecnologia sistematizada, sua aplicação em outros ambientes escolares. Desta forma, como apontou a autora, “É a ‘explicitação’ dos métodos e procedimentos usados pelo pesquisador de modo que se os próprios participantes quiserem continuar o estudo, saberão que caminho seguir” (ANDRÉ, 2005, p. 60).

Dentro da particularidade da pesquisa realizada em estudo de caso existe uma preocupação quanto à questão do tempo concentrado empregado na investigação, sendo que, segundo André (2005), “[...] as críticas geralmente feitas ao estudo de caso, principalmente sobre a validade e fidedignidade dos dados” (idem, ibidem). Assim, torna-se importante ressaltar sobre a peculiaridade desse tipo de investigação, através da utilização das ferramentas da Intervenção Sociológica e da Pesquisa-ação, destacando que os conceitos de validade e fidedignidade são diferentes das pesquisas científicas mais tradicionais.

História Oral e informática como ferramentas de preservação da memória escolar

A importância da metodologia da História Oral enquanto meio de se procurar responder às questões sobre o problema do esquecimento ou silêncio é indiscutível. Assim, a proposta da investigação foi no sentido de debater sobre novos objetos, novas fontes e novos métodos no campo da História da Educação e relacionado às práticas pedagógicas e ao cotidiano escolar do processo de ensino

aprendizagem. Tal abordagem vem ganhando cada vez mais espaço entre pesquisadores das ciências humanas e sociais (historiadores, sociólogos, pedagogos, geógrafos, psicólogos e outros). Portanto, a inovação e a dinâmica do trabalho foram garantidas pelo uso da metodologia da História Oral conjugada com a também metodologia de Intervenção Sociológica.

Através do estudo na área da História da Educação focado para o tema da história e memória das instituições escolares, se tornou importante garantir significado à memória social, não permitindo que a mesma se torne mera depositária de informação, conforme aponta Portelli (2000), que diz acreditar que através da história oral é possível pesquisar sobre memória de indivíduos na contramão da memória das elites, ou “[...] memória concentrada em mãos restritas e profissionais” (PORTELLI, 2000, p. 69). Portanto, se deve apontar para a relevância da história oral por inserir indivíduos, grupos, instituições, outros, que acabaram caindo no esquecimento ou no silêncio, mas constituem parte importante de um local ou região.

Desta forma, deve ser destacado que a questão das fontes aparece inserida na problemática deste trabalho, pois os documentos escritos (texto) sempre foram tratados como fontes oficiais, mas isso para a história tradicional. Já a partir do movimento da “nova história”, conforme Burke (1992) surgem as novas fontes, em especial as fontes orais. Porém, sobre o uso dessa fonte e especialmente quando o pesquisador tem à frente um novo objeto, surge então a necessidade de uma metodologia apropriada, que coloque as narrativas apreendidas na intervenção como principais documentos para garantir o direito à memória.

Cabe aqui enfatizar que, paralelamente ao objetivo de valorização, produção e preservação dos documentos orais, há o objetivo específico de sistematização de novas tecnologias de informação e comunicação (“TIC’s”), principalmente a partir da informática, utilizando-a como mecanismo de continuidade e implantação de uma

cultura escolar de ampliação do acervo digital para garantir a dinâmica do centro de documentação. Agora, pensando na contribuição para o campo, esta poderá se tornar uma referência na pesquisa com investigação do cotidiano¹ de uma comunidade escolar, pautado na pesquisa em arquivo e cultura escolar. É importante ainda lembrar que a pesquisa se direciona às instituições escolares públicas, localizadas em cidades interioranas ou em regiões não centrais. Neste sentido, tomando instituições com o perfil apontado para estudo de caso, se pode apontar para uma quantidade mínima de fontes escritas e em condições precárias por falta de arquivamento, pelo menos essa foi a constatação obtida por meio da pesquisa de campo realizada na cidade de Dourados.

O problema da falta ou insuficiência das fontes escritas foi compreendido principalmente pela ausência de políticas públicas direcionadas a esse fim e também pela falta de tradição em arquivamento nas instituições do interior. Quem apontou primeiramente para esta condição foi Amado (1990), ao constatar as dificuldades de arquivamento e conservação da documentação histórica de valor regional e local. As regiões marginalizadas sofrem com a falta de centros de memória, determinando de forma negativa a pesquisa sobre a história dessas regiões. O interior de modo geral e as regiões periféricas são os mais prejudicados até então. Segundo Amado (1990);

Se o problema do mau estado de conservação e de desorganização dos documentos históricos é sentido em todo o país, ainda mais agudo ele se apresenta na maioria das instituições estaduais e municipais, principalmente as situadas nas regiões mais pobres (1990, p. 11).

1 A História Cultural, conforme apontou Vainfas valoriza a investigação do cotidiano: “Em resumo, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo *popular*” (2002, p. 57).

Sousa (2009) também destacou a realidade do interior do estado da Bahia. Ao escrever sobre arquivos educacionais, analisou a contradição entre grandes centros e regiões interioranas:

“Todavia, se, para os grandes centros essa tendência, muitas vezes, se reveste de experiências bem-sucedidas de constituição e proteção de acervos de valor histórico, o mesmo não ocorre quando atentamos para a realidade de cidades interioranas, com valorosas exceções e, mais especificamente para a nossa região (SOUSA, 2009, p. 127).”

Nesta proposta, a história oral surgiu como metodologia tanto no trabalho de levantamento de documentos tradicionais no início da investigação, como, principalmente, na produção e apreensão das narrativas junto aos sujeitos escolares da comunidade da Escola Capilé. É importante ressaltar que, apesar da situação analisada sobre o descaso com as fontes históricas tradicionais, a opção pelos documentos orais surgiu pela reflexão em torno da apreensão da memória que normalmente não aparece nos documentos escritos, mas, sobretudo pela busca por outras memórias, próprias do cotidiano escolar. Portanto, a investigação na unidade de ensino buscou relacionar a pesquisa com o tema *história e memória das instituições escolares* como eixo norteador, com o desenvolvimento de uma forma específica de investigação. Ocorreu através deste estudo um reconhecimento da relação estreita entre a história oral e a informática, que juntas, se tornam uma ferramenta importante ao historiador da educação e também aos educadores de modo geral. Sobre o uso da história oral como ferramenta, a autora da obra *Manual de História Oral*, Verena Alberti (2005), diz:

“Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido (ALBERTI, 2005, p.29).”

Compreende-se que, propondo na temática da pesquisa: “história e memória de instituições escolares”, a utilização das NTICs a partir da abordagem metodológica da História Oral e da Intervenção Sociológica propiciou a sistematização de um instrumento que permite a preservação da memória do cotidiano escolar. Desta forma, a base documental para a construção das representações sobre a forma como viviam ou se relacionavam os membros da comunidade escolar ficará preservada. Assim, fica evidente a riqueza de informações contidas nas narrativas orais, não só para pesquisadores, mas principalmente para os educadores, alunos, servidores, coordenadores e a comunidade em geral.

Em relação à sistematização de NTICs para apreensão da memória social de uma determinada instituição e, respectivamente sua comunidade escolar, faz-se necessário salientar o seu caráter eletrônico, paralelo a toda técnica e suporte da História Oral. Conforme Meihy (1996), “Resultado dos avanços da tecnologia, principalmente de meios eletrônicos como o gravador, o vídeo e o computador [...]” (1996, p. 13). No entanto, a proposta de implantação de núcleo preservacionista não se resume ao uso de um aparelho gravador ou computador, mas num instrumento estruturado que pode ser utilizado diferentemente em relação a cada tipo de projeto de pesquisa dependendo da instituição e sua respectiva comunidade. Por se tratar da apreensão da memória oral do cotidiano escolar, sendo que um dos objetivos é mostrar a amplitude que a narrativa oral proporciona enquanto fonte histórica, a mesma será considerada a *principal* fonte para constituição do acervo e, conseqüentemente, servirá de base para a assimilação de uma nova sensibilidade no contexto da educação escolar. Mas especialmente para propor a intervenção na realidade das comunidades marcadas pelo esquecimento ou silêncio da memória e pela ausência do sentimento de pertencimento em relação ao grupo, ou seja, da intervenção na construção ou reconstrução da identidade social de comunidades escolares.

O desenvolvimento do instrumento se voltou para a questão da “memória eletrônica” (LE GOFF, 1992), ou seja, pensar a falta de suporte preservacionista diante da popularização dos equipamentos de informática no Brasil. Então, um dos problemas em questão foi trabalhado na perspectiva de apreender, produzir e digitalizar documentos orais, como forma de garantir a preservação do patrimônio escolar. Assim, para composição do acervo, o centro de documentação criado no processo, deve ficar aberto a outros documentos. O centro deve ficar à disposição de toda a comunidade e de interessados, garantindo o direito à memória, sabendo que os documentos que garantem esse direito normalmente são preservados em locais pouco acessíveis – por isso surgiu a necessidade da reflexão em torno da preservação relacionada à acessibilidade dos documentos. A respeito da discussão sobre memória eletrônica feita pelo historiador francês Le Goff na obra *História e memória*;

A história viveu uma verdadeira revolução documental – aliás, o computador também aqui não é mais que um elemento e a memória arquivista foi revolucionada pelo aparecimento de um novo tipo de memória: *o banco de dados* (1992, p. 469).

Em relação ao banco de dados, vale a leitura do texto de Lombardi (2000), particularmente quando esse autor discute as novas tecnologias e a pesquisa histórica e analisa o trabalho de Figueiredo em *História e informática: o uso do computador*, que aponta os “armazéns eletrônicos” como bancos de dados digitalizados que “constituem uma das mais poderosas ferramentas da história” (FIGUEIREDO apud LOMBARDI, 2000, p. 135). Estes, conforme o próprio Lombardi (2000);

[...] usados para armazenar e organizar dados e informações quantitativas (numéricas), qualitativas (textuais), imagens (mapas, pinturas, fotos, filmes e documentários) e sons o

mais diversos (gravações, entrevistas, depoimentos orais) (2000, p. 136).

Então, quando se enfatiza a sistematização de tecnologia a partir da história oral e da informática, está sendo reforçada a relação da metodologia com as possibilidades de arquivamento de fontes documentais diversas, para apreensão da memória escolar da unidade de ensino tomada no estudo de caso. Porém, a investigação não se limitou à produção e levantamento de fontes, tratou também da problemática dos arquivos escolares, ou melhor, da falta deles. Desta forma, se volta especialmente para a captação e organização de documentos produzidos no decorrer da pesquisa em centro de documentação informatizado.

Para a apreensão da memória oral da instituição escolar do estudo de caso, segundo a metodologia da história oral, foi possível observar que ela aponta para diferentes caminhos no seu uso, citando a “híbrida”, a “pura”, a “complementar” e a “principal”. Assim, este trabalho também tem como objetivo, ressaltar a importância de o pesquisador debruçar-se sobre o estudo da metodologia antes de sair realizando as entrevistas, principalmente por envolver estudantes do ensino médio. Também pode se destacar as palavras de Thompson (1992): “A história oral ajusta-se particularmente bem ao trabalho por projeto” (1992, p. 217).

Um dos primeiros e mais importantes passos na elaboração de projetos é a escolha do tipo de fontes a serem utilizadas em trabalhos de investigação científica, o que constitui uma das tarefas decisivas na trajetória da pesquisa que se busca desenvolver em estudos referentes tanto ao campo da História como da Educação. No caso desta investigação, conforme foram apontados, os documentos oficiais na grande maioria dos casos, com algumas exceções, não foram arquivados e se o fossem, dificilmente serviriam para o estudo do cotidiano escolar. Assim, a fonte oral passou a constituir

a principal fonte para apreensão da memória e consequentemente a escrita da história do cotidiano das instituições educacionais. A peculiaridade dessa fonte toma acento já na sua própria forma denominativa, normalmente nas pesquisas se utilizam os termos “fonte oral” e “história oral”. O que se pode entender por fonte oral e por história oral dentro da área de metodologia?

Primeiro, é preciso reconhecer que na área da história da educação o uso e reconhecimento dos documentos orais é algo que ainda está em processo, situação diferente de outras áreas dentro da História em que a questão da fidedignidade das fontes orais já foi superada. Para dar conta de responder a questão, foi fundamental a leitura do trabalho de Garrido (1995), que trata desta diferença quando questiona se “[...] podemos falar de história oral ou é mais correto nos referirmos às fontes orais para a pesquisa? [...]” (1995, p. 33). O autor concebe a utilização da fonte oral para a pesquisa como imprescindível na busca de elementos da vida cotidiana, contribuindo para o protagonismo de culturas singulares. Desta forma, compreende a fonte oral como uma fonte documental a mais para realização da pesquisa, correspondendo a um “[...] indispensável elemento de trabalho” (1995, p. 36).

Observa-se em estudo direcionado à História Oral, especialmente na leitura de Thompson (1992), no qual defende que a evidência em história oral pode se apresentar tão fidedigna e autêntica quanto qualquer outra evidência apreendida em outra “hierarquia aceita” de fontes. Portanto, os passos para a realização do exame de tais evidências devem consistir basicamente dos mesmos procedimentos de investigação pelos quais passam outros tipos de fontes de pesquisa.

Sobre esta questão da hierarquia, Thompson (1992) enfatiza a posição da história oral como favorável em relação à própria “hierarquia aceita” das fontes:

O que é importante é que muitas das perguntas que se devem fazer sobre os documentos – se podem ser falsificações, quem era seu autor e com que finalidade social foram compostos – podem ser respondidas com muito mais confiabilidade em relação à evidência oral do que em relação a documentos [...]. Há muito tempo os pesquisadores sociais utilizam entrevistas, de modo que existe farta discussão sociológica sobre o método de entrevista, as fontes dos vieses que aí podem ocorrer, e como estes podem ser estimados e minimizados (1992, p. 139).

Para Thompson (1992) as fontes orais não devem ser tratadas como uma fonte documental a mais no trabalho do historiador, “[...] é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho objetivo, falado” (1992, p. 138). A evidência da oralidade deve necessariamente estar contextualizada face ao objeto de investigação científica. Então, a partir daí, pode-se defini-la como evidência complementar e/ou principal em relação a outras fontes que se venha utilizar. Vale então, neste momento, ressaltar que, na pesquisa com a temática história e memória das instituições escolares, a história oral, de acordo com as colocações de Thompson (1992), oportuniza inúmeras possibilidades de investigação científica, especialmente na relação entre memória do cotidiano, arquivos e cultura escolar. Portanto, através da história oral e do uso das narrativas orais como fonte, potencializa-se o surgimento de outras memórias que remetem ao contexto da história próxima, permitindo uma construção da representação do cotidiano e da cultura escolar.

Nesse sentido, o uso das narrativas orais na pesquisa em história e memória da educação escolar não se limita à mecanização do uso de um gravador. Ao contrário, todos os passos na pré-entrevista, na entrevista e na pós-entrevista requerem necessariamente sensibilidade e conhecimento de causa. Por isso, o detalhamento pormenorizado dos procedimentos dos passos dados durante o trabalho no interior da escola deve ser visto como uma das contribui-

ções deste trabalho. Isso se tornou possível porque foi produzido um itinerário da intervenção como resultado final que pode servir de referência para ser aplicado em outras escolas cujas comunidades possam demonstrar interesse no trabalho de levantamento de fontes diversas, na produção de fontes orais, na organização de acervo digital e na criação de centro de documentação escolar, para fins de preservação da memória da educação escolar.

Nesta perspectiva de criação de centro de documentação escolar e organização de acervo digital, ou seja, trabalhando com a construção de um núcleo preservacionista no interior das instituições de ensino, a obra de Alberti (2005), *Manual de história oral*, permite vislumbrar alguns passos necessários para a realização de entrevistas em história oral. Na obra, é possível explorar a elaboração de roteiros desde as preparações da véspera da entrevista, passando pela relação entre entrevistado e entrevistador, circunstâncias, duração e o papel do gravador na condução da entrevista, bem como os esclarecimentos necessários ao entrevistado quanto à cessão de direitos sobre o depoimento a ser realizado, que pode ser autorizada no encerramento da entrevista ou, em caso de solicitação do entrevistado, estar acompanhada da transcrição total da entrevista, para o conhecimento do resultado do trabalho levantado com o próprio entrevistado.

Ainda, conforme esta mesma autora, a história oral na perspectiva da pesquisa com história e memória das instituições escolares atua como:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 1989, p. 52).

Partindo destes procedimentos e abordagens, pode-se dizer que a história oral se constituiu em uma ferramenta imprescindível para vitalizar a história local. Agora, Garrido (1995) fundamenta a

questão da necessidade da utilização da fonte oral no levantamento de vestígios da história, especialmente para grupos até então marginalizados ou relegados ao esquecimento por versões oficiais do conhecimento:

[...] é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora (GARRIDO, 1995, p. 36).

Assim como Thompson aponta que a história oral abre possibilidades e vozes aos esquecidos, igualmente Garrido (1995) defende a revitalização possível pela fonte oral para que a história não seja escrita exclusivamente pelas vias oficiais. Além disso, Garrido (1995) já trazia em sua análise a percepção de que por meio da apreensão de outras memórias, surgem outras histórias. Entretanto, o uso desta fonte na pesquisa histórica apresenta caminhos diferentes para os pesquisadores explorarem esse tipo de documento, seja pela inserção dos excluídos na memória e história, como pela apreensão de outras memórias não reveladas. Garrido (1995) diz que “[...] a memória é essencialmente seletiva e, por isso mesmo, parcial e interessada” e que “[...] uma entrevista concreta não é mais que uma parte do conjunto e somente adquire seu real significado no todo que integra a amostra” (1995, p. 38). Essa questão da memória ser seletiva surge como uma preocupação dos pesquisadores, principalmente dos historiadores do tempo presente.

Samuel (1990) faz um alerta especial quanto ao trabalho de utilização da história oral como metodologia de pesquisa em investigação com a história local, demonstrando sua preocupação em

relação à proximidade do historiador e a necessidade de não se perder de vista o objetivo determinado no projeto a cerca do objeto em investigações, mas sem deixar de enfatizar a importância dos trabalhos realizados no calor dos acontecimentos:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campo [...] (SAMUEL, 1990, p. 220).

Sendo assim, Thompson (1992), ao se referir à narrativa oral como a humanidade viva nas fontes, reverencia o processo de interação da história oral de forma bidirecional, proporcionando informações não somente significativas como únicas sobre o passado, podendo transmitir a consciência individual ou coletiva, transformando-se ou não em instrumento de mudança. Assim, oferece condições de buscar as representações das comunidades escolares, porém, com uma atenção especial ao posicionamento do pesquisador, pois, ao trabalhar com fontes vivas e ao mesmo tempo sujeitos da mudança, torna-se fundamental que ele tenha conhecimento da realidade social para conseguir propor uma intervenção de maneira construtiva através da história oral, ou seja, é preciso estar minimamente envolvido com a educação escolar e garantir que as escolas, opções, preferências sejam sempre de acordo com a vontade dos sujeitos escolares.

A partir do estudo de Cordova (2006), a história oral pode ser entendida como um aparelho de mudança, e isso depende do espírito com que a metodologia seja empregada e dos objetivos apresentados no projeto.

Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da his-

tória. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (CORDOVA, 2006, p. 8).

A respeito das diferentes formas de uso da história oral como metodologia, deve-se reforçar a distinção entre elas. A diferença mais visível fica entre a híbrida e a **pura**, sendo que quem tratou com autoridade desta questão foi Meihy (1996). A primeira representa um trabalho de junção da coleta de depoimentos combinada com outras fontes, a segunda busca apenas os testemunhos e obedece à valorização única do que foi dito. Em relação à híbrida, pode-se apontar para duas formas de trabalho: a **complementar** e a **principal**, a distinção basicamente é que numa a fonte oral complementa as fontes escritas de um peso mais significativo e na outra, a fonte oral aparece como o principal recurso, mas também conta com as fontes tradicionais, respectivamente.

História Oral e procedimentos aplicados na produção dos documentos orais

Durante o trabalho de constituição de um núcleo preservacionista da memória social e de sistematização de NTICs, foram considerados os depoimentos orais como **principal** fonte documental na constituição do centro de documentação escolar da Escola Capilé. As fontes tradicionais foram levantadas no arquivo escolar da instituição. Lembro e ressalto que, mesmo com a evidente importância dada à fonte oral, o centro de documentação proposto deve abranger diferentes tipos de fontes em seu acervo.

Ao tomar como referência as técnicas e métodos das duas obras que inclusive têm o mesmo título: **Manual de história oral**, o

primeiro de Meihy (1996) e o segundo de Alberti (2004), além do conteúdo disponibilizado de forma virtual pelo “Laboratório de História Oral” do Centro de Memória da Unicamp, o trabalho com as gravações dos depoimentos obedeceu a todas as etapas preliminares e posteriores à entrevista. Primeiro, a elaboração da “súmula” e “roteiro”, e de fichas com dados básicos dos depoentes (como nome completo, idade, cor, ocupação, e nível de instrução), além de anotações das condições da entrevista (dificuldades surgidas, gestos, sentimentos, sons, interrupções, etc.) no caderno de campo. Todas as entrevistas foram transcritas e os dados arquivados, junto com a gravação que é o documento mais valioso. Na organização do acervo digital, foram respeitados os diferentes tipos de documentos, sendo cada grupo organizado separadamente – textuais, iconográficos e orais.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, foi considerada a particularidade da pesquisa com história e memória de instituições de ensino, especialmente por ter sido realizada com a participação direta dos estudantes do ensino médio da escola. Então, serão apresentadas as etapas do procedimento metodológico e técnico.

Pesquisa bibliográfica de fundamentação teórica e metodológica

O primeiro e importante passo é dedicar tempo à leitura sobre temas como memória social e identidade, história das instituições de ensino e arquivo e cultura escolar. O tema da pesquisa carece de estudo direcionado, pois faz parte do contexto de novos objetos de investigação de pesquisadores da educação e historiadores.

Sobre as possibilidades de leitura sobre o tema, já é possível encontrar uma grande variedade de obras publicadas, muitas delas em forma de coletânea, além das revistas científicas que proporcio-

nam inúmeros trabalhos novos que podem contribuir para estreitar laços entre estudiosos e objeto, dentre elas, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de História da Educação e outras.

Em relação à leitura de fundamentação teórica e metodológica, pode-se iniciar com textos sobre abordagens quantitativas e qualitativas, uso e aplicação dos recursos tecnológicos da história oral. Entre essas obras se destacam os “manuais de história oral”, os trabalhos de Meihy (1996) e Alberti (2004). Também podem ser citados como suporte neste sentido, textos digitalizados e disponíveis na internet, já que esse meio elimina as distâncias entre o interior e os grandes centros, onde se estabelecem as instituições de referência em arquivos de memória. No site do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e do Laboratório de História Oral do Centro de Memória da Unicamp existem algumas contribuições nesse sentido.

Pesquisa documental

Independentemente do reconhecimento da ausência ou insuficiência das fontes escritas, o passo fundamental para apontar a carência de documentos que tratam da memória da educação escolar foi a elaboração e aplicação de um projeto que visava ao mapeamento desse tipo específico de documento. A situação observada sobre os poucos documentos preservados e a própria situação geral dos arquivos nas instituições escolares da cidade de Dourados não difere muitos das cidades interioranas brasileiras.

Já o trabalho com a produção de fontes orais exigiu planejamento mais complexo e teve que respeitar a peculiaridade do projeto de intervenção. De modo geral, o uso das técnicas de pesquisa, elaboração do roteiro das entrevistas, seleção dos depoentes e desenvolvimento da pesquisa ocorreu sempre com vista para o foco da investigação, que foi fomentar a criação de centro de documentação escolar como forma de preservar o patrimônio histórico

educacional. Para atingir os objetivos, foram seguidos os procedimentos abaixo:

Projeto de mapeamento das fontes históricas escolares

- A partir do projeto, foi elaborada *súmula* e *roteiro* com o propósito de identificar a existência de arquivos escolares, diferenciando os arquivos orgânicos dos de memória.
- Através desse instrumento também se buscou a distinção entre *arquivos* de instituições confessionais privadas de laicas públicas, porém, ambas de regiões interioranas.
- As escolas foram visitadas para o levantamento da documentação e investigação das condições dos arquivos. Foi utilizado sempre o *Caderno de Campo*, onde foram anotadas diversas observações da visita.
- Aplicação do *questionário*, para essa situação se tornou uma necessidade a utilização do questionário por escrito, pois as servidoras tiveram que fazer um levantamento interno para responder às questões. Primeiramente, foi necessário informar aos servidores sobre a importância da realização da pesquisa para as instituições de ensino. O questionário foi entregue nas mãos do (a) servidor (a) responsável pelo arquivo no dia da visita e ficou combinado de ser devolvido em dia subsequente.
- Definição prévia das instituições a serem visitadas e revisitas, assim, optou-se pelas escolas com *maior tempo* de estabelecimento no perímetro urbano de Dourados.

Projeto de intervenção – produção de fontes orais

Elaboração cuidadosa do roteiro para a coleta dos depoimentos, tendo por base a participação e colaboração direta dos repre-

sentantes do segmento de discentes, ou seja, dos estudantes (agentes) do terceiro ano do ensino médio.

- Entrevistas informais foram realizadas com pessoas que vivenciaram ou foram contemporâneas aos fenômenos escolares, com o intuito de levantar informações importantes para o processo de seleção dos depoentes;
- Preenchimento da ficha do informante, antes de iniciar a gravação. Nela constavam as seguintes informações:
 - Nome do informante e apelido;
 - Vínculo com a memória da escola (professor (a), coordenador (a), aluno (a), funcionário (a), outras);
 - Data de nascimento;
 - Escolaridade;
 - Profissão no presente e no passado;
 - Local de residência;
 - Período do vínculo institucional.

Observações complementares

- A coleta de material foi feita em gravador digital, com a participação de entrevistado e entrevistadores (dois estudantes e o pesquisador). Antes da realização de cada entrevista, o equipamento era testado como uma prática rotineira, até mesmo para os estudantes terem uma relação de intimidade com o suporte tecnológico.
- Registros paralelos sobre a situação de coleta da entrevista foram feitos pelo auxiliar de entrevista, no diário de campo. Os registros foram anotados durante a realização da entrevista para que nenhum detalhe fosse esquecido, os quais seriam úteis na fase posterior de análise dos relatos.
- Utilizou-se a câmara fotográfica para registro do momento do depoimento. Ao final da entrevista registravam-se em ima-

gem os participantes no local de realização.

- Duração das sessões de coletas de depoimentos: para o objetivo em questão, o tempo máximo estipulado foi de uma hora e o mínimo de 15 minutos. Os interventores foram preparados especificamente para entrevista de história oral temática.

- O trabalho de transcrição dos relatos foi realizado por outros agentes da intervenção, pois a proposta era envolver o maior número possível de membros da comunidade. A transcrição foi digitalizada, a versão original arquivada como cópia de segurança e outra cópia destinada à constituição do acervo digital do centro de documentação.

- Organização dos dados coletados: a transcrição das entrevistas foi caracterizada pelo projeto. Com o desenvolvimento de outros projetos, poderão ser acrescentadas novas transcrições identificadas pelo projeto.

Criação do acervo documental digitalizado

Ao final do trabalho de produção dos documentos orais, formou-se uma quantidade considerável de documentos temáticos, abordando experiências variadas sobre o cotidiano escolar, fornecidas pelos diferentes informantes em seus depoimentos orais. Nesse momento da pesquisa se constituiu o acervo para criação do centro de documentação escolar.

Análise dos dados e constituição do centro de documentação escolar

Após o trabalho de produção de documentos orais, inseridos no tema da memória do cotidiano escolar, o trabalho final da intervenção se voltou para a elaboração de plataforma informatizada para criação do centro de documentação escolar da Escola Capilé.

Ao abordar o tema “arquivo escolar” na pesquisa em história e memória das instituições escolares, foi possível conceituar este tipo específico de arquivo, conforme Medeiros (2004), como “Conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos”² (2004, p.2). Os arquivos escolares têm finalidades e funções diversas e dispõem de informações importantes sobre a trajetória da vida dos indivíduos e grupos que fizeram ou fazem parte de uma determinada instituição. Sobre a importância dos arquivos escolares, cabe citar a autora portuguesa Mogarro (2006), que afirma que esse tema tem ganhado maior visibilidade em pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. No Brasil, a pesquisa com instituições escolares e seus arquivos também apresentou significativos resultados de trabalhos em publicações científicas. No entender de Diana Vidal (2005), os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo de estudo da história da educação brasileira. Segundo a autora:

Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico (VIDAL, 2005, p. 72).

2 O artigo de Medeiros foi resultado de uma palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico em 2003 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

De acordo com Lüdke e André (1986), as escolas geralmente não se preocupam em salvaguardar seus registros documentais, o que contribui para o esquecimento da memória social. Menezes, Silva e Teixeira Junior (2005), quando apresentaram a situação do arquivo da Escola Estadual Carlos Gomes, de Campinas, comentam sobre as condições precárias dos arquivos escolares. Na maioria das vezes, conforme os autores “[...] é visível a deterioração dos documentos e as condições inadequadas ou até insalubres a que são submetidos” (2005, p.68).

Os arquivos escolares são constituídos de diversas espécies documentais que são também fontes de pesquisa, pois registram a memória do fazer e pensar pedagógico, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, se referindo à evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, às práticas educativas, às atividades culturais, entre outras. Essas informações podem se constituir em fontes importantes para a pesquisa em educação, seja no âmbito local, regional ou nacional.

Dentro da perspectiva de também tratar de arquivos escolares digitalizados neste trabalho, vale lembrar que são arquivos de instituições de ensino com pouca tradição de arquivamento e com poucos recursos a serem investidos em espaços físicos apropriados para conservação de toda a documentação produzida no interior das escolas. De acordo com o apontamento de Dollar (1994), e próximo de completar as duas décadas previstas pelo autor a situação vem se confirmando, pois já estamos vivendo a revolução tecnológica. Os computadores e a internet são uma realidade no Brasil. Neste propósito, esta pesquisa também confirma a projeção de que pesquisadores das ciências sociais, humanas e da educação estão desenvolvendo estudos a partir desta realidade, ou seja, pelas tecnologias da informação digitalizadas.

Existem com certeza boas razões para se prever que nas próximas duas décadas, ou em torno disto, as tecnologias da informação digitalizadas tomarão conta do mundo, transformando a maneira de os estudiosos contemporâneos das ciências sociais e humanas conduzirem suas pesquisas e disseminarem suas descobertas. (DOLLAR, 1994, p. 66)

Neste início do século XXI, a chamada *era da informação* já provocou inúmeras transformações nas práticas sociais do Ocidente, porém, algumas realidades sofreram pouco ou quase nada de influências desta revolução. Pelas palavras de Jardim (1992), esta *era da informação* estaria provocando nas últimas décadas do século XX consequências de armazenamento e disseminação de informação em quantidade como nunca se tinha produzido.

Assim, ao reconhecer os impactos da *era da informação*, conforme tratado por Jardim (1992), e trazer para esta análise a questão das novas tecnologias da informação e comunicação, fica evidente sua relevância para o campo da história da educação. Contudo, um dos primeiros problemas verificados ao propor a pesquisa na abordagem das NTICs diz respeito à sua terminologia. Na busca pelo significado de tecnologias, foi possível observar que a área de pesquisa que mais se relaciona ao termo é o da engenharia nas suas diversas especializações, como de produção, mecânica, mecatrônica, entre outras. De acordo com Silva (2002), professor do departamento de Engenharia de Produção da UNESP, o termo tecnologia, se generalizado, pode ter vários significados. Porém, como a preocupação se volta para a definição dentro das ciências humanas e sociais, o mesmo autor procurou a definição específica de acordo com o campo de interesse no uso do termo tecnologia. Então, segundo a citação feita por Silva (2002) de Abetti (1989) apud Steensma (1996), tecnologia se define como “Um corpo de conhecimentos, ferramentas e técnicas, derivados da ciência e da experiência prática, que é usado no desenvolvimento, projeto,

produção, e aplicação de produtos, processos, sistemas e serviços” (SILVA, 2002, p 03). Em sentido aproximado, Bueno (1999), em sua dissertação defendida na área de tecnologia educacional, conceitua o termo como sendo:

[...] um processo contínuo através do qual a humanidade molda, modifica e gera a sua qualidade de vida. Há uma constante necessidade do ser humano de criar, a sua capacidade de interagir com a natureza, produzindo instrumentos desde os mais primitivos até os mais modernos, utilizando-se de um conhecimento científico para aplicar a técnica e modificar, melhorar, aprimorar os produtos oriundos do processo de interação deste com a natureza e com os demais seres humanos (1999, p.87).

Assim, ao cotejar conceitos, primeiro de pesquisador da área da engenharia e depois de pesquisadora da educação, foi possível perceber que eles partem inicialmente do conceito de instrumento. Portanto, ao empregar o termo “novas tecnologias”, pretende-se caracterizar algo mais abrangente do que técnica, tal como apontou Thiollent (1988), tecnologia da informação e comunicação sistematizada – neste, se configura como procedimento específico de pesquisa com foco na preservação da memória da educação.

O emprego de novas tecnologias da informação também não está totalmente resolvido na perspectiva da pesquisa contemporânea nas ciências humanas e sociais. Necessitando de esclarecimentos e definição do tema, a análise do artigo de Dollar (1994) colaborou para a compreensão da relação entre tecnologias da informação e apreensão da memória, e ainda, na desmistificação do termo “tecnologias” como algo que se traduz apenas em objetos sofisticados. Para ele, que é historiador de formação e arquivista de ofício, tecnologias da informação são meios (ferramentas) próprios de cada período histórico utilizados no registro da memória e da informação de um modo geral. Segundo o autor, “Na realidade,

tudo aquilo que os indivíduos deixam atrás de si como ‘memória’ (isto é, artefatos, registros) é produto da tecnologia da informação disponível na época” (DOLLAR, 1994, p.65). Sob esse aspecto, o predomínio das NTICs, neste caso as digitais, não difere de outras épocas como, por exemplo, da substituição dos manuscritos pelos impressos.

Ao tratar de um tema pouco comum aos historiadores, é normal a preocupação dos pesquisadores com a questão de domínio. Por isso, tornou-se oportuno trazer para análise o trabalho de Figueiredo (1997). Esse autor tratou de forma interessante a relação entre história e informática na perspectiva da pesquisa e do ensino, e, mais intensamente, sobre teoria e método. Quando anunciada a proposta de discutir novas tecnologias e história oral, não houve dúvida de que também é um tema relacionado à história e informática. Segundo Figueiredo (1997), há dois níveis de discussão possíveis a respeito do tema informática e história:

O primeiro se refere à sua instrumentalização *stricto sensu*, ou seja, procedimentos técnicos possíveis (e disponíveis) da máquina para operacionalizar pesquisa e ensino. O segundo se projeta sobre metodologia, significando o uso de programas específicos no tratamento dos dados da pesquisa que permitem visualizar graficamente determinadas situações [...] em síntese, multiplicam o alcance qualitativo da pesquisa, graças ao emprego de um programa que a máquina processa (FIGUEIREDO, 1997, p. 421).

Ainda nessa proposta de definir novas tecnologias como procedimento, ou seja, um instrumento específico de pesquisa, é importante reafirmar que a História Oral e a Intervenção Sociológica devem ser compreendidas enquanto metodologia do trabalho, a pesquisa-ação como o método de exploração do estudo de caso, sendo que entre as técnicas utilizadas é oportuno fazer referência principalmente à entrevista e à informática. Portanto, a apropriação

e utilização de metodologias, métodos e técnicas já consagradas e experimentadas, funcionaram como suporte para a sistematização, uma referência para o desenvolvimento de tecnologia da informação específica para o tratamento de novas fontes e seu devido arquivamento digitalizado. Assim, fica evidenciada a relação entre a pesquisa histórica e as NTICs.

A pesquisa-ação, o pesquisador professor e os alunos
sujeitos

Torna-se importante reconhecer o enfoque pautado no hibridismo metodológico acerca do estudo, mas especialmente pela utilização dos referenciais da *pesquisa-ação*, pois, a partir dos objetivos específicos da intervenção: produção de documentos orais, organização de acervo digital e criação de centro de documentação, não teve como abrir mão das estratégias deste método. A análise se deu a partir da referência francesa de pesquisa-ação, segundo seu principal representante, Barbier, que na obra *Pesquisa-ação e instituição educativa* (1985) define o método como “atividade de compreensão e explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas das ciências humanas e sociais práticas, com o fim de melhorar essas práxis” (1985, p. 156-157). É importante destacar que a pesquisa-ação francesa foi a que se desenvolveu no Brasil, onde também é conhecida como pesquisa participante, predominantemente utilizada na pesquisa em educação. Mas, conforme Gajardo (1987), o método da pesquisa-ação provém das ciências sociais: “o conceito de investigação-ação, utilizado a partir dos anos 70 para caracterizar os estilos mais participacionistas de pesquisa, provém de uma vertente mais sociológica do que educacional” (1987, p. 23).

Então, por se tratar de uma pesquisa realizada no interior de instituições de ensino e por propor a intervenção em favor da co-

munidade ligada à mesma, o desenvolvimento dos procedimentos precisou obrigatoriamente envolver o processo de ensino e aprendizagem. Assim, ‘pesquisador professor’ e ‘alunos sujeitos’ trabalharam juntos, sendo que todos os segmentos foram envolvidos, mas os estudantes (agentes) foram envolvidos diretamente pelo ‘professor pesquisador’ em todas as fases do processo de produção de conhecimento e se tornaram os sujeitos da produção. Neste aspecto, esse método, que se distancia dos mais tradicionais e conservadores, tornou-se um instrumento fundamental de trabalho, principalmente pela posição do pesquisador, se inserindo na ação com função reduzida, apoiando-se na utilização das técnicas e ferramentas necessárias. A atuação do ‘professor pesquisador’ ocorreu no sentido de garantir que os agentes da ação assumissem a direção do projeto de intervenção. Portanto, trata-se de um método constituído de ação educativa e que, segundo Oliveira e Oliveira (1981), promove “o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha” (1981, p. 19).

Apesar de sua relevância, a pesquisa-ação é um método quase desconhecido entre historiadores, o que pode ser percebido pela ausência de obras e artigos científicos escritos por pesquisadores da história e, mais especificamente, da história da educação. A justificativa para sua utilização reside na desilusão para com métodos tradicionais aplicados principalmente na pesquisa em educação. Conforme Thiollent (1988), esses instrumentos mais convencionais, mesmo demonstrando maior confiabilidade nos resultados apurados, encontram-se afastados dos problemas verificados nas investigações atuais: “Por mais necessárias que sejam, revelam-se insuficientes muitas das pesquisas que se limitam a uma simples descrição da situação [...]” (1988, p. 74). Portanto, ao trazer a proposta de inserir a pesquisa-ação na pesquisa no campo da história da educação, buscou-se o reconhecimento da abertura a novas abordagens para os trabalhos produzidos nas perspectivas da História e também considerando todas as conquistas neste sentido, do movimento da Nova História a Nova História Cultural.

Com essa perspectiva de trabalho, a proposta de definir as estratégias da pesquisa-ação no trabalho de intervenção na Escola Capilé foi direcionada ao tema da preservação do patrimônio escolar. Assim, a ação foi definida pelo planejamento da pesquisa-ação em paralelo com a história oral, obviamente na tarefa de atingir as metas estipuladas. ‘Professor pesquisador’ e ‘alunos sujeitos’ se prepararam e se organizaram para aplicação dos procedimentos planejados, um depoimento gravado de representante de cada segmento/grupo da comunidade escolar. Mesmo com uma meta de seis depoimentos, considerada pequena, a pesquisa-ação deve ser encarada como um passo importante que não se encerra na gravação e na constituição do centro de documentação escolar, mas na permanente preservação e acréscimos no acervo. Assim, deve-se registrar que já nas primeiras atividades como elaboração e aplicação de questionário para mapear os possíveis depoentes, obteve-se o envolvimento de muitos indivíduos, variados grupos e boa parte da comunidade.

A contribuição da pesquisa-ação também pode ser facilmente percebida quando concluída a parte da seleção dos depoentes, pois, durante a preparação dos entrevistadores, que foram os próprios alunos envolvidos na ação, estes passaram a ter melhores condições de refletir acerca da participação e conscientização do valor da memória da comunidade escolar. Posteriormente, na realização das entrevistas, essas foram realizadas no próprio ambiente escolar, acreditando na maior força de intervenção, pois ficou visível a movimentação e ação dos sujeitos da pesquisa.

Capítulo II

ESCOLA CAPILÉ: LUGAR DE MEMÓRIA

Ao privilegiar o cotidiano de instituições escolares como lugar de memória, ou ainda, como um espaço/tempo em que experiências são divididas, lugares de lembranças significativas dos sujeitos que por lá passam, seja como estudante, como profissional da educação ou colaboradores (pais, mães, vizinhos e parceiros), se estará reforçando o valor da memória social. Segundo Nora (1993), historiador francês da conhecida Nova História, os lugares de memória como as instituições escolares não fazem lembrar espontaneamente, é preciso investir em suporte para recordar e para rememorar;

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Desta maneira, investir na apreensão da memória escolar seria como produzir uma ferramenta para reinventar a identidade de comunidades escolares através da valorização dos seus espaços como lugar de socialização e práticas próprias da cultura escolar, bem como do reencontro com a história de vida; lugar de formar

amizades, namoros, casamentos, de aprender a vencer e perder, lugar de existir.

Neste sentido, foi pensada a proposta de tomar a Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé como o lugar de memória, para estudo de caso em projeto de intervenção da realidade de esquecimento e silêncio, direcionada à sistematização de tecnologia da informação para fomentar a criação de um ***centro de documentação escolar*** informatizado. Tal proposta surgiu com a preocupação de impedir o silêncio ou esquecimento da memória social dessa comunidade escolar. Da mesma forma, a sistematização de ferramenta informatizada serviu para que outras instituições com características semelhantes pudessem fazê-las também.

Sobre o tipo de documento escolhido para se trabalhar a memória coletiva, destacou-se o oral, principalmente por priorizar a memória do cotidiano escolar como objeto de apreensão, sabendo que nenhum outro documento de memória proporciona tamanha proximidade com o vivenciado nos espaços escolares. Assim, a narrativa oral se apresentou com um potencial bastante diferenciado em relação a outros documentos produzidos no interior das instituições de ensino, principalmente pela sua capacidade de revelar outras memórias, especialmente aquelas marcadas pela vivência cotidiana dos sujeitos escolares.

Pensar a escola como um lugar de memória significa assumir um sentimento de pertencimento a um grupo social, espaço constituído de laços sociais que se materializam na identidade da comunidade escolar. Porém, quando o silêncio ou o esquecimento pode ser percebido num ambiente escolar, desaparecem os laços e, consequentemente, a comunidade se descaracteriza, perde a capacidade de transmitir aos membros a ideia de pertencimento, contribuindo inclusive com o valor individualista impregnado na sociedade ocidental. Assim, na proposta de ação do projeto de intervenção permeado pelo processo de ensino e aprendizagem, a criação de centro de documentação escolar, pensado e executado como uma construção coletiva possibilitou aos membros envolvidos direta e

indiretamente dar um primeiro passo no sentido de reinventar a identidade da comunidade da Escola Capilé.

Viver e experimentar a realidade da escola na perspectiva da intervenção foi uma oportunidade para entrar em contato com a memória do cotidiano escolar e interagir em condição privilegiada para analisá-la com os olhos da ciência, como objeto de reflexão. Finalmente, considerar que o fato do centro de documentação escolar ter sido criado com acervo de documentos orais, ou seja, a escolha da oralidade (narrativas) acabou se tornando o ponto alto da intervenção, devido à capacidade que essa fonte possui de fazer lembrar e de rememorar. Mas ainda quando se estabelece a conexão entre narradores, narrativas e entrevistadores, inicia-se o processo de criação do laço social, que a médio e longo prazos se constituirá na formação da identidade do grupo social que vive ou viveu no espaço da Escola Capilé.

A Escola Capilé, como é preferencialmente chamada pela comunidade, possui uma trajetória dentro da educação escolar de mais de três décadas na cidade de Dourados. Nos últimos anos, a instituição vem se destacando em avaliações nacionais (Ideb – Prova Brasil e ENEM), aparecendo sempre nas primeiras posições nestes exames aplicados pelo Ministério da Educação. Foi possível observar em relação às práticas socioculturais da instituição, no ano da intervenção (2010), algumas atividades próprias da cultura escolar como a festa junina, com apresentação das quadrilhas e barracas típicas, comemoração do dia do estudante, jogos interclasses e as apresentações dos projetos dos temas transversais: meio ambiente, trânsito e diversidade.

Assim, dentro da proposta de pensar a instituição escolhida para o estudo de caso, surge a necessidade de enfatizar a importância desta instituição dentro do contexto no qual ela foi criada. Uma das primeiras formas de perceber a sua importância é que esta unidade escolar atende a uma extensa região da cidade, mas principalmente ao público do bairro Água Boa, considerado o maior bairro, com aproximadamente 50 mil habitantes. A instituição se

destaca também por oferecer ensino médio para estudantes que concluem o ensino fundamental em escolas municipais localizadas na mesma região.

A escola conta com 39 turmas, que totalizam aproximadamente 1.380 alunos (as) matriculados. Do total de turmas, 20 (vinte) são de ensino fundamental e 16 (dezesseis) de ensino médio do ensino regular, além de 3 (três) turmas de Educação de Jovens e Adultos-EJA do ensino médio. As turmas são distribuídas nos três períodos – matutino, vespertino e noturno.

Sobre a criação da instituição há uma questão que chama a atenção, pois no Decreto 2508, a escola foi criada em 11 de março de 1975, quando foi assinado o documento oficial pelo então governador do antigo estado de Mato Grosso, José M. Fontanillas Fragelli. Porém, é importante destacar que essa instituição de ensino foi criada oficialmente na data do referido decreto, mas a data registrada como o início das atividades foi 8 de março de 1976, conforme o trabalho sobre os 30 anos da escola Capilé (SILVA, GONÇALVES e SOUZA, 2006).

Porém, apesar dos documentos oficiais indicarem a data 11 de março de 1975 para criação da instituição, outro documento confirma a data da inauguração, é a própria placa de fundação da instituição que traz escrito “Prédio escolar inaugurado em março de 1976”, como registro do início de funcionamento da unidade de ensino. No trabalho de observação realizado no interior da escola, foi possível verificar que a comunidade adotou a data 08 de março de 1976 como o marco zero do início das atividades na escola.

O centro de documentação escolar e a preservação da memória

Ao tomar a história e a memória das instituições escolares como tema mais específico dentro do estudo realizado na área da história da educação, um dos problemas da pesquisa diz respeito a fontes/documentos, pois o objeto de estudo se volta para o co-

tidiano escolar, mais especificamente com objetivos direcionados às práticas sociais e à cultura escolar. Assim, a investigação toma a partir do estudo de caso na Escola Capilé a proposta de buscar representações e apropriações do cotidiano por meio da apreensão das narrativas. Por isso, foi necessário pesquisar primeiro a existência de fontes para o desenvolvimento da investigação. Então, surgiu a possibilidade de trabalhar também com arquivos escolares, sendo que através de uma primeira observação realizada na instituição do estudo de caso, foi possível constatar uma experiência bastante interessante na constituição de arquivo histórico escolar. Trata-se de um projeto de iniciação científica (PIBIC) realizado por graduandos do curso de história da Universidade Federal da Grande Dourados com o seguinte título: *Escola Capilé, 30 anos de história: ensino, cotidiano e relações de poder*, que resultou na organização de um arquivo tradicional de documentos históricos, que fica nas dependências da secretaria da escola. Da mesma forma, foi constatada a organização de uma apresentação em slides do *PowerPoint*, explorando a memória iconográfica, a qual foi hospedada no *site* institucional da escola. Além disso, os autores produziram um artigo sobre a história dos 30 anos da instituição escolar, comemorado no ano de 2006 – o artigo também se encontra no *site*.

Considerando a realidade das instituições escolares investigadas sobre arquivos escolares, a Escola Capilé e a Escola Municipal Joaquim Murtinho são as que possuem a melhor organização do acervo de memória. No caso da instituição escolhida para o estudo de caso, ela apresenta uma situação favorável devido a uma intervenção de acadêmicos do curso de história.

A respeito desse trabalho, surgiu a necessidade de analisar o impacto do arquivo histórico organizado pelos responsáveis do projeto. Para isso, segue abaixo a lista de documentos históricos que constituem o acervo do arquivo:

Acervo do arquivo escolar da Escola Capilé

Documentos

- Jornal O Progresso, setembro de 1973
- Decreto nº. 2508, de 11 de março de 1975
- Carta Aberta ao Senhor Governador do Estado, de 02 de março de 1993
- Acervo Fotográfico da Escola Antonia da S. Capilé: de 00001 a 00301, referentes a 1976 até 2006.
- Ata nº. 1, 5 de fevereiro 1977
- Ata nº. 2, março de 1977
- Ata nº. 4, 6 maio 1977
- Ata nº. 9, fevereiro 1978
- Ata s/nº, 26 de agosto de 1978
- Ata nº 10, 1979
- Ata nº. 11, 1979
- Ata nº. 12, 1979
- Ata nº. 1, 11 de julho de 1991
- Ata nº. 2, 16 de julho de 1991
- Ata nº. 8, 9 de dezembro de 1991
- Ata nº. 2, 4 de abril de 1992
- Ata nº. 4, 25 de junho de 1992
- Ata nº. 7, 24 de setembro de 1992
- Ata s/nº, 25 de julho de 1994

Fonte: <http://www.escolacapile.com.br/anexos.htm>

Então, é importante reconhecer o trabalho realizado pelos pesquisadores. Porém, como a proposta norteadora deste foi a apreensão da memória do cotidiano escolar, o apontamento é de que o silêncio continua fazendo parte da realidade da comunidade escolar. Tal constatação parte primeiro do formato pelo qual o arquivo foi organizado. Os armários da secretaria, lugar onde foi alojado, não colabora para a acessibilidade do público em geral ao acervo de memória social, que se encontra principalmente nas fotografias. Segundo, pela pouca expressão dos documentos oficiais preservados no arquivo, esses dizem muito pouco sobre o cotidiano na Escola Capilé. Apesar da riqueza dos documentos iconográficos, existe uma preocupação em relação à representação desse tipo de documento, pois as fotos foram tiradas principalmente dos acontecimentos excepcionais; ou seja, se as representações do cotidia-

no podem ser extraídas de situações vivenciadas e marcadas pela simplicidade, pela tristeza ou alegria de um indivíduo ou grupo, ou, ainda, pelo comum, isso certamente escapou das lentes das câmaras fotográficas. Assim, a proposta também foi direcionada a explorar outras memórias, principalmente as mais frágeis, em relação ao esquecimento ou silêncio das práticas escolares. Se, por um lado, a escola já possui uma referência em organização de arquivo histórico tradicional, por outro, na investigação foi possível perceber a necessidade de uma forma de facilitar a acessibilidade da comunidade ao acervo e criar práticas de incentivo à visitação. Ainda, se parte do que se procurou preservar no arquivo organizado anteriormente e diz respeito a documentos administrativos pertencentes ao arquivo orgânico. Tal situação se iguala às demais instituições da rede estadual da cidade de Dourados e tem relação direta com o descaso governamental em não privilegiar um espaço adequado para preservação da memória escolar. Assim, pela constatação de que nunca existiu e não existe atualmente uma política pública que privilegie a preservação da memória da educação escolar em Mato Grosso do Sul, é possível apontar que a realidade de Dourados é uma situação que predomina em todo o estado, exceto em instituições onde docentes e discentes atuaram por estímulo próprio e com a proposta de alterar esse quadro.

Outro importante passo em relação às fontes/documentos foi procurar verificar se as condições dos arquivos escolares na cidade de Dourados eram semelhantes às da Escola Capilé. Foi então que surgiu a necessidade de um subprojeto de história oral para apurar os resultados numa perspectiva mais ampla, organizado da seguinte forma: súmula do objeto; roteiro geral; questionário e também o diário de campo. Este subprojeto contemplou sete instituições escolares, foram selecionadas as com maior tempo de estabelecimento dentro do perímetro urbano, sendo duas confessionais privadas e cinco laicas públicas, que foram as seguintes: Escola Presbiteriana Erasmo Braga, Escola Franciscana Imaculada Conceição, Escola

Municipal Joaquim Murtinho³, Escola Estadual Presidente Vargas, Escola Estadual Menodora Fialho Figueiredo, Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso e Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé.

Sobre o resultado da investigação, o primeiro apontamento observado e registrado diz respeito à diferença básica entre arquivos escolares de instituições de ensino confessionais e não confessionais. Os primeiros têm riqueza incomparável, porém são documentos relativamente pobres para a memória escolar, pois basicamente se preocuparam, até o presente momento, em preservar a memória da ordem religiosa responsável pela criação da instituição, com documentos ricos em detalhes, mas que não se constituem como fontes escolares, pois não guardam lembranças do cotidiano educacional e quando ocorre representam parcelas mínimas da memória da comunidade escolar.

De forma direta, o ponto mais importante do resultado obtido através do subprojeto de investigação com arquivos escolares em Dourados foi a verificação da semelhança em relação à falta de tradição no arquivamento de documentos relativos ao cotidiano das instituições de ensino. Assim, apesar de algumas particularidades quanto à organização do que foi preservado, principalmente nos documentos iconográficos, deve-se destacar que esses não possuem grande significado na apreensão da memória do cotidiano escolar de regiões interioranas ou não centrais, pois a popularização das máquinas fotográficas digitais faz parte de um fenômeno muito recente – inclusive, faz parte da realidade dos estudantes da primeira década do século XXI na maioria das regiões brasileiras. Talvez fosse possível até pensar que esta realidade não seja uma questão local, mas uma situação nacional, considerado que a situação das

³ Esta instituição foi criada pelo Estado do antigo Mato Grosso em 1949, mas em 1995, ela foi municipalizada.

escolas públicas brasileiras não são muito diferentes umas das outras, independentemente da unidade federativa ou região em que se inserem, compreendendo principalmente a existência da grande diversidade entre comunidades escolares.

Algumas importantes publicações de historiografia da educação brasileira têm a preocupação de apontar uma dificuldade no trabalho de base do historiador da educação, qual seja: de tratar das fontes. A respeito disso se pode citar e tomar como objeto de análise a obra de Lima Fonseca e Greive (2003). Com a participação de importantes pesquisadores mineiros, a coletânea traz em todos os capítulos a questão das fontes, além dos problemas de referencial teórico e metodológico. O problema da falta de arquivamento de fontes primárias de origem impressa, os textos, não é tão frequente, o mais comum são as condições e organização do acervo. Mas deve-se levar em consideração que os estudos são realizados com objetos delimitados em Belo Horizonte. Assim, a disponibilidade de grandes quantidades de documentos em arquivos públicos dos grandes centros não deve ser entendida como algo anormal, pois também vale lembrar o trabalho da pesquisadora Sousa (2009), que em sua pesquisa⁴ apontou as diferenças na preservação de documentos históricos entre cidades interioranas e grandes centros urbanos, mais especificamente as capitais. Segundo Sousa (2009), diz:

No que diz respeito à história da Bahia, a análise de temas vinculados aos domínios da política, economia, sociedade e cultura revela a dinâmica das áreas sertanejas, muitas vezes, desprezadas nas investigações circunscritas à capital e/ou ao recôncavo (2009, p. 128).

Propor em trabalho de investigação com história e memória de instituições de ensino que não representam os interesses da

4 A pesquisa foi publicada com o título *Arquivos Educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento*, como capítulo da obra *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória* (2009).

elite de uma região ou local, mas de anônimos, esquecidos e/ou silenciados, implica necessariamente a preocupação com a falta de fontes tradicionais. Porém, isso não deve ser entendido como algo limitador da pesquisa, especialmente quando se toma a história cultural como referencial teórico da pesquisa. A primeira justificativa se dá na própria ideia de fontes, pois a história cultural reconhece uma grande variedade de fontes como documentos fornecedores de sinais que possibilitam a escrita da história. Outro destaque: pelo fato da memória ser tomada como objeto da pesquisa, o documento oral de comunidades escolares preservadas pode representar a oportunidade para pesquisadores buscarem outras memórias e outras histórias passíveis de serem investigadas, além daquelas conhecidas pelos documentos tradicionais.

Assim, apesar de ter sido colocada em pauta a ausência ou insuficiência de documentos oficiais como textos, imagens, impressos e outros, foi também colocada como prioridade a busca por outras memórias correspondentes ao cotidiano da Escola Capilé, apreendidas através da gravação de depoimentos orais dos diferentes segmentos da comunidade e preservados em centro de documentação escolar informatizado. Mas continua valendo o apontamento sobre a falta de tradição e incentivo para o arquivamento de fontes significativas na preservação da memória escolar, especialmente por trabalhar com a abordagem da história regional e local, reforçando o que já foi colocado na perspectiva da situação da Bahia, conforme foi analisado por Sousa (2009), sobre a diferença entre o interior e os grandes centros. Algo próximo deste apontamento, Amado (1990) anotou em seu trabalho sobre as dificuldades em relação à documentação na pesquisa com história regional e local. Segundo a autora:

Se o problema do mau estado de conservação e de desorganização dos documentos históricos é sentido em todo o país, ainda mais agudo ele se apresenta na maioria das institui-

ções estaduais e municipais, principalmente as situadas nas regiões mais pobres (1990, p. 11).

Porém, dentro do tema trabalhado, “história e memória de instituições escolares”, distinguir regiões ricas de pobres exige uma atenção especial, pois, como já foi destacado do trabalho de historiografia na obra de Lima Fonseca e Greive (2003), Belo Horizonte pode ser classificada como uma região rica juntamente com outras cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, mas mesmo nestas se encontram instituições localizadas em regiões pobres e dedicadas a pessoas menos abastadas dentro dos mesmos espaços urbanos, como as escolas de periferias. No caso, essas se configuram como instituições de ensino de regiões não centrais em relação à cidade.

Capítulo III

O ITINERÁRIO DA INTERVENÇÃO

O projeto de intervenção “Memória social e os sujeitos escolares”, título que recebeu, quando aplicado na Escola Capilé de Dourados, representou uma parte importantíssima da reflexão junto à comunidade escolar sobre os impactos da preservação ou esquecimento da memória social. Assim, o resultado da intervenção deve se tornar um instrumento de conscientização para a valorização do patrimônio escolar, principalmente de instituições públicas de regiões interioranas ou não centrais. O fundamental foi poder observar a capacidade transformadora desse tipo de abordagem e a construção de um modelo baseado na experiência deste. Portanto, a escrita deste capítulo foi pensada justamente na perspectiva de produzir um relato pormenorizado da intervenção, um itinerário da pesquisa de campo.

Este capítulo também pretende constituir-se num instrumento que poderá proporcionar novos olhares sobre a pesquisa na temática da história e memória de instituições escolares, principalmente para a história da escola pública brasileira. Tal instrumento pode ser pensado na perspectiva específica da apreensão da memória do cotidiano da educação escolar, ou seja, como uma investigação de base na concepção da pesquisa histórica, pois compreende que na trajetória da pesquisa houve uma contribuição importantíssima em relação à produção de fontes orais e a organização de acervo memorialista e histórico. Assim, trata-se de uma escrita direcionada a relatar o passo a passo do estudo de caso realizado a partir da

abordagem de intervenção na realidade de esquecimento e silêncio da memória social na instituição escolhida. Além do trabalho de relatar, no desenrolar da escrita foi privilegiada também a reflexão sobre a trajetória da intervenção, isto é, ocorreu a análise dos passos empreendidos na investigação durante a realização no interior da escola e da sistematização das novas tecnologias da informação e comunicação para criação de centro de documentação escolar.

É importante reconhecer que, ao se trabalhar com a memória do cotidiano escolar, os resultados da pesquisa servem aos historiadores da educação, primeiro, como um ponto de partida para estudos sobre a história do cotidiano da educação escolar em Dourados e Mato Grosso do Sul. Segundo, como instrumento produzido através da sistematização de novas tecnologias a partir da intervenção, propõe-se a ser uma referência na organização de acervo para preservação do patrimônio escolar e na possibilidade indireta de colaborar com a criação do laço social entre os grupos que formam a comunidade escolar.

Na primeira hipótese, o intuito é constituir primeiramente uma investigação relacionada à produção e tratamento de fontes orais, que é precisamente o ofício do historiador, por se configurar parcialmente como um trabalho sobre fontes e acervo de memória (parcialmente porque a memória é tratada como fonte e objeto de pesquisa), através da criação do centro de documentação escolar da Escola Capilé. Posteriormente, outros historiadores interessados na investigação dentro do tema da história e memória de instituições escolares poderão desenvolver pesquisa a partir do centro de documentação, que será de acesso democrático. Essa questão do acesso foi uma discussão que tomou conta de boa parte do debate junto aos grupos responsáveis pela execução do projeto na instituição.

Como projeção dos resultados dessa investigação com abordagem de intervenção na realidade de esquecimento e silêncio da

memória social da comunidade escolar, a disponibilização do acervo documental do centro de documentação escolar criado no processo da investigação permitirá que outros pesquisadores empreendam novos olhares sobre a pesquisa nessa temática, porém, como novos objetos e novos problemas.

No trabalho com a produção e tratamento das fontes orais ocorreu, como parte de um processo, a formação de sujeitos escolares através da conscientização desenvolvida no decorrer dos procedimentos da pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista, bem como da organização do acervo e da criação do centro de documentação informatizado. É importante ressaltar também que, no desenvolvimento da ação, o trabalho foi executado coletivamente por estudantes, docentes, pela coordenação e direção da instituição.

Já na segunda hipótese, o instrumento de ação apresenta o passo a passo do desenvolvimento da intervenção, considerando as etapas fundamentais: pré-intervenção, intervenção e pós-intervenção. No entanto, a intervenção teve que tomar dois caminhos diferentes e complementares: o primeiro relacionado ao principal objetivo, ou seja, relatar de forma pormenorizada a função e a relação dos pesquisadores com as NTIC's no decorrer da investigação; o segundo, a possibilidade de intervir em prol da sensibilização do sentimento de pertencimento ao grupo social integrado a comunidade escolar. Essa segunda perspectiva do resultado da intervenção acabou tendo um impacto bastante significativo, pois se vinculou à questão da cidadania, que, segundo Paoli (1992), ao abordar em sua análise as relações entre história, memória, patrimônio e passado, aponta para a falta de significado dessas para a sociedade brasileira:

Isto aponta claramente para uma sociedade destituída de cidadania, em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivo (PAOLI, 1992, p. 25).

É nesse sentido que a investigação se colocou na busca pelo sentido coletivo e plural da memória da comunidade escolar, principalmente quando envolveu a própria comunidade no trabalho de apreensão das narrativas orais dos sujeitos escolares.

Em busca das evidências e dos sinais: um estudo de caso

O primeiro passo na trajetória da pesquisa de intervenção foi verificar a situação dos arquivos e das fontes escolares. O diagnóstico foi realizado através da visita a sete instituições escolares das redes privada e pública de Dourados. Dentre as instituições, apenas duas escolas foram criadas na primeira metade do século XX, duas na década de 1950 e três escolas começaram suas atividades a partir dos anos 70, todas localizadas no perímetro urbano. Então, deve-se observar que o primeiro critério para seleção das escolas para a realização do diagnóstico foi o tempo de estabelecimento das instituições. Além disso, também foi considerado que, entre as sete mapeadas, duas escolas são confessionais/privadas e cinco laicas/públicas.

Apresentando-se a problemática inicial, qual seja: “garantir a preservação da memória escolar ou permitir o esquecimento?”, foi colocado em prática primeiramente o subprojeto para investigar a situação dos arquivos e fontes no interior das instituições escolares. Ao se visitar as instituições selecionadas para perceber elementos da cultura de preservação e arquivamento, uma constatação decisiva foi perceber a dificuldade de acesso aos arquivos e, consequentemente, aos documentos mantidos nas instalações das escolas. Na primeira escola visitada, o contato inicial foi com os diretores, que não manifestaram interesse pelo assunto e logo indicaram a coordenação pedagógica da escola para se obter as informações. Na coordenação não foi muito diferente, pois a única experiência em arquivamento era o “álbum de fotografias” sem nenhuma organiza-

ção. Porém, as mais importantes informações foram conseguidas com o secretário da escola, pois através dele foi possível identificar o que a instituição vinha guardando realmente, segundo o mesmo, por exigência da lei, ou seja, de acordo com a legislação. Também, de acordo com o secretário, foi possível verificar materiais que seriam considerados documentos descartáveis pelos servidores e como é realizado o descarte.

Nesse primeiro contato, a abordagem foi através da reflexão sobre o método da “pesquisa-ação”; sendo assim, a aproximação foi através da apresentação enquanto *professor*, ou seja, foi evitada a utilização do termo “sou pesquisador”, preferindo “sou professor” na aproximação com os responsáveis pelas secretarias das instituições escolares. Na explicação foi usada a expressão “realizando pesquisa em prol da própria escola”, no propósito de explicar as intenções do trabalho de levantamento de informações específicas das escolas visitadas, quando o comum é fazer a abordagem utilizando a expressão “a entrevista é para fins científicos”. Nesse sentido ocorreu o contato com pesquisadores que já passaram por experiências de visitar escolas em busca de informações, principalmente por muitos demonstrarem sentimento de frustração com relação à dificuldade dos diferentes profissionais da educação em atender a expectativa da pesquisa com depoimentos ou mesmo no preenchimento de questionários. Por isso foi utilizada uma forma de aproximação diferenciada, respeitando e valorizando a cultura escolar, para, no final, alcançar as informações necessárias sobre os documentos de memória preservados e descartados, também as condições dos arquivos.

A partir das estratégias estabelecidas no subprojeto, as visitas formais ocorreram nas sete instituições listadas, buscando dialogar diretamente com os (as) profissionais responsáveis pelas secretarias e atingindo os requisitos básicos para realização de pesquisa no interior de instituição de ensino. Assim, é válido ressaltar que o

mais importante aconteceu: houve retorno no contato com as pessoas definidas na estratégia. Ainda, foi possível perceber também que através das entrevistas elas se sentiram valorizadas por terem sido escolhidas para contribuir com a investigação. No entanto, ao explicar a proposta do trabalho, a maioria das profissionais de secretaria demonstrou apreensão, justificada, dentre outros motivos, pela limitação de espaço e precariedade das condições do mobiliário. Também a falta de pessoal designado e qualificado para cuidar e responder pelo acervo guardado nas instituições escolares, ou seja, pela má conservação do pouco que se guarda, devido, principalmente, ao descaso dos órgãos superiores, que não estabelecem políticas públicas para tal fim.

A compreensão do atual estado dos arquivos escolares observados no interior do Mato grosso do Sul se deve a outros aspectos, analisados especialmente no contexto das mudanças observadas na recente história de instituições escolares de Dourados. Por exemplo, as escolas foram surpreendidas com a crescente demanda por vagas causadas, principalmente, pela transferência da população do campo para a cidade, que se intensificou a partir da década de 1970. O processo de urbanização em Dourados ficou mais evidente com os números apresentados na obra de Fernandes e Freitas (2004, p. 45), sendo que na década de 60, 28% da população residia na zona urbana e 72% na rural, já na década de 70, 47% na urbana contra 53% na rural e nos anos 80, 82% na urbana e 18% na rural.

Assim, além da necessidade de construção de novas escolas para atender a toda a demanda, com a intensificação do processo de urbanização nas décadas seguintes, muitas escolas tiveram que transformar os espaços destinados a bibliotecas, laboratórios e arquivo em salas de aula. Para finalizar, situações como reformas nos prédios das unidades escolares, a rotatividade de diretores, mudança de secretário (as) para outras escolas, e outros, são justificativas que também explicam a ausência de uma cultura de arquivamento de documentos de memória do cotidiano escolar.

Memória do cotidiano escolar apreendida pela comunidade escolar

A partir do trabalho desenvolvido na Escola Capilé foi possível analisar os impactos desse tipo específico de trabalho científico, de intervenção. De início surgiram duas opções de pesquisa no interior de uma instituição de ensino; na primeira opção o foco seria a “observação” e na segunda a “mudança”. Desta forma, optando pela segunda, a metodologia de intervenção sociológica foi tomada como principal ferramenta. Ainda, dentre as opções, a primeira representava a possibilidade de trabalhar com a perspectiva mais clássica dentro do campo da História, ou seja, de produzir conhecimento que contribuiria com o discurso teórico e analítico das ciências humanas e sociais. Ao final seria produzido um relato científico que apontaria as circunstâncias em que são descartados os documentos de memória e os devidos apontamentos sobre a realidade dos arquivos e a importância das novas fontes para preservação do patrimônio escolar. Portanto, seria configurado como um trabalho sobre memória e fontes históricas. Nesse sentido, Touraine (1982) aponta sobre o trabalho do cientista social na linha tradicional;

Esforça-se por determinar os signos objetivos destas normas culturais, como por exemplo, o funcionamento de um sistema de parentesco ou os ritos. Também registra representações, crenças e mitos que analisa de fora, ou seja, procurando os princípios que comandam um conjunto de regras e até mesmo as estruturas mentais que operam para a construção dos mitos e crenças (1982, p. 37).

A segunda opção despertou maior interesse devido à sua possibilidade de deixar como contribuição um modelo de pesquisa que possibilita a mudança em realidades de esquecimento e silêncio da memória escolar. Mesmo optando pela segunda, é preciso reconhecer a importância e o valor dos trabalhos de características mais

tradicionais e conservadoras, pois uma pesquisa de intervenção em instituições de ensino com a perspectiva de provocar mudanças na realidade social necessita da reflexão em torno de obras tradicionais. Sobre alguns pontos analisados neste trabalho, vale destacar a questão da *representação* e da *identidade*, tornando-se necessário e fundamental recorrer à leitura de obras que discutem a relação entre história da educação e memória, especialmente pelo fato de a memória também ser tratada como fonte de pesquisa histórica, além da questão do esquecimento e silêncio como problemas.

Voltando ao caminho percorrido na preparação da intervenção do estudo de caso, o primeiro passo diretamente relacionado à intervenção foi a construção de um “manual de elaboração de projetos de intervenção”, dedicado ao tema “apreensão da memória da educação escolar”. Tal manual foi fundamental para pensar o procedimento da intervenção, pois, ao concluí-lo, este foi caracterizado como de aplicação geral, ou seja, para escolas que apresentam um quadro de esquecimento e silêncio da memória social. O passo seguinte foi elaborar o projeto de intervenção da instituição escolhida para o estudo de caso, a Escola Capilé, a partir do manual. Como o manual foi pensado para aplicação em qualquer instituição escolar sem tradição ou experiência de arquivamento e preservação de documentos da memória do cotidiano, na elaboração do projeto da Escola Capilé foi necessário conhecer, observar e pontuar algumas características mais específicas da realidade da instituição.

É importante destacar também que na elaboração das estratégias do projeto de intervenção da Escola Capilé, os primeiros atores da pesquisa foram as duas diretoras e o professor da Sala de Tecnologia Educacional-STE. Porém, como a proposta foi aceita pela direção escolar, foi fundamental estabelecer uma parceria com o corpo discente e, para isso, o plano de intervenção foi vinculado à disciplina de filosofia, entendendo que também poderia ter sido desenvolvido junto à disciplina de história, ou ainda, na disciplina

de sociologia. Assim, o plano de intervenção foi apresentado para as duas turmas de terceiro ano do ensino médio, turmas C e D do noturno. Primeiramente foram abordados os impactos positivos que a realização da proposta poderia trazer para a instituição e sua comunidade.

Com o início das atividades no interior da escola, a interação direta com os atores responsáveis pela ação, os sujeitos escolares, fez verificar o grande significado que o método da pesquisa-ação tem neste trabalho. Atuando junto com os estudantes das duas turmas de terceiro ano do ensino médio do período noturno, por meio do espaço que se abriu pela disciplina de filosofia, foi iniciado um diálogo de apresentação da proposta de realização da intervenção como atividade do segundo semestre do ano de 2010. A maioria demonstrou curiosidade e o diálogo sobre a importância da preservação e o significado da apreensão do passado se estendeu durante todo o tempo em que o trabalho foi se desenvolvendo. A discussão de textos sobre memória e identidade foi importante para promover o olhar crítico a respeito do direito à memória e os problemas relacionados ao esquecimento e silêncio. As leituras sobre o tema da intervenção também contribuíram com a reflexão sobre as práticas pedagógicas e as relações sociais na constituição das identidades dos grupos e das fronteiras que as separam.

Intervenção e ação: as fases da execução

A duração da pesquisa no interior da instituição foi estipulada em um semestre, o segundo do ano letivo de 2010. Dentro desse semestre, o plano de intervenção foi estruturado em cronograma que respeitava as seguintes etapas da intervenção:

1ª - Fase preliminar: para discussão com os sujeitos participantes da intervenção, a importância da preservação da memória escolar, além da reflexão em torno do próprio projeto de interven-

ção. Essa primeira etapa se dividiu em dois momentos: primeiro, a preparação teórica que envolve leitura sobre memória social e identidade. Segundo, também através de leitura, os estudantes entraram em contato com a história oral e mais precisamente com a técnica de entrevista.

2ª - Produção dos documentos orais: nesta etapa, os jovens, divididos em grupos, realizaram o trabalho de produção da documentação através de entrevista gravada em áudio. Na realização das entrevistas, deve-se respeitar os passos da pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista.

3ª - Organização do acervo: nesta etapa, a documentação produzida foi analisada e recebeu tratamento para a organização do acervo digital. Foi o momento para aplicação dos conhecimentos de informática dos próprios sujeitos escolares, para o tratamento dos depoimentos a fim de disponibilização do acervo em duas modalidades, o próprio áudio e a transcrição, além das imagens produzidas no decorrer do procedimento, ambas para garantir o acesso e o direito à memória.

4ª - Criação do Centro de Memória Escolar: última etapa, na qual os grupos da intervenção participam da organização do acervo e da criação do centro de documentação de forma direta e decisiva. Para realização das atividades, é preciso respeitar limites impostos pelas condições que o calendário escolar apresentar.

A partir dessa breve apresentação da previsão das etapas de acordo com o plano de intervenção, passou-se ao itinerário da execução dessas etapas na Escola Capilé. Mas é preciso confirmar que as etapas foram executadas conforme planejamento; assim, o registro do passo a passo esteve de acordo com a ordem estabelecida das etapas, pois o seu sucesso foi em parte resultado da sequência do plano, respeitando a ordem das atividades planejadas.

A proposta dessa escrita é de manter o leitor o mais próximo possível da realidade experimentada na Escola Capilé através do projeto de intervenção. Mas ainda é preciso destacar que, ao propor

a execução do plano junto à direção da instituição, foi esclarecido sobre a sua modalidade de projeto permanente, ou seja, que seria organizado um acervo e um centro de documentação escolar, respectivamente. Dessa forma, o acervo de documentos orais e o centro de documentação escolar foram projetados para serem aperfeiçoados e adequados de acordo com a necessidade das inovações tecnológicas e pensado e realizado juntamente com as futuras turmas do ensino médio dessa instituição de ensino, envolvendo sempre os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Outro aspecto relevante é que no decorrer da execução da intervenção o corpo docente da instituição foi tomando conhecimento e o diálogo sobre o trabalho ocorreu de forma natural. Um comprometimento com a não imposição do projeto “de cima para baixo”, ou seja, a participação dos professores, foi ocorrendo de acordo com interesse pela movimentação que era percebida nos corredores, na sala de tecnologia educacional e também na biblioteca. Ao longo das reuniões e distribuição de tarefas entre os participantes e conforme as ações do projeto foram se desenvolvendo, logo o processo foi se desenhando e adquirindo uma perspectiva de metodologia de ensino com característica interdisciplinar. Ficou evidente junto aos estudantes, por mais que a ação estivesse vinculada à filosofia, a proposta trabalhada era de interesse que ia além da questão conteudista de sala de aula.

No diálogo com os estudantes foi possível perceber a compreensão coletiva a respeito do significado da ação, obviamente, considerando os diferentes olhares dos sujeitos escolares sobre a proposta. Porém, de uma forma geral, inclusive no contato com os estudantes de turmas que não estavam envolvidas diretamente na execução, ocorreu um retorno satisfatório com a percepção de como o projeto tinha sido aceito e o quanto foi considerado importante. Assim, através da prática inicial com a introdução sobre a história oral e a apresentação da meta de se criar um centro de

documentação escolar destinado à preservação da memória escolar, a proposta ganhou vida na instituição, e ainda, essa experiência permitiu uma primeira reflexão dos sujeitos escolares em situação marcada pelo seu dia a dia escolar, que cada indivíduo pode ser agente do seu próprio fazer histórico.

Por último, é importante enfatizar que o projeto de intervenção não se configurou como um plano de ação rigidamente pré-estabelecido. Pelo contrário, a partir das metas planejadas, foi instituída uma perspectiva de que o caminho seria pensado e repensado a partir das diferentes expectativas do grupo responsável pela execução. Portanto, todo o desenvolvimento das tarefas foi pautado na compreensão de uma proposta baseada na flexibilidade, procurando transmitir sempre de forma clara a importância do envolvimento dos estudantes das duas turmas de terceiro ano nas tomadas de decisões e aplicação do que era decidido nas reuniões.

O Centro de Memória Escolar da Escola Capilé: caminhos da intervenção

Por meio de toda a movimentação de produção de documentos orais, da organização de acervo informatizado e criação do Centro de Memória Escolar, nome que o centro de documentação recebeu, inicialmente é possível afirmar que foi lançada uma semente na terra e que se espera germinar. Através da metodologia aplicada no trabalho com a comunidade escolar, reforçando o comprometimento com a continuidade dos trabalhos pelas gerações futuras, uma das contribuições mais importantes deixadas para a comunidade foi a possibilidade de o “Centro de Memória Escolar” se constituir como uma nova ferramenta que possa favorecer o processo de ensino e aprendizagem, além de certamente contribuir para as diferentes discussões relacionadas à educação no Mato Grosso do Sul.

Através desse itinerário da intervenção se buscou um relato pormenorizado do trabalho realizado pela comunidade escolar.

Para execução da proposta de intervenção na realidade da Escola Capilé, que resultaria na criação de um centro de documentação com potencial de preservação da memória do cotidiano escolar, foi elaborado o cronograma com base no tempo e espaço de interação entre o ‘professor pesquisador’ e os ‘alunos sujeitos’, ocorrendo no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o pensado na fase preliminar, o primeiro passo foi dialogar com as partes envolvidas diretamente nos trabalhos, as duas turmas do terceiro ano do ensino médio e o professor da sala de tecnologia educacional. A própria organização escolar estipulou o tempo dos encontros para estabelecimento do diálogo e reuniões sobre as tarefas necessárias para o andamento do projeto, com uma turma às quartas-feiras e com outra às sextas-feiras, ou seja, o horário foi determinado pelo tempo da disciplina de filosofia.

Pela característica da proposta, uma intervenção em prol da preservação da memória escolar, e ainda, vinculada à pesquisa de mestrado em educação, o organograma inicial ficou da seguinte maneira: o ‘professor pesquisador’ ficou como orientador geral, o professor da sala de tecnologia como orientador de suporte tecnológico e os ‘alunos sujeitos’ como os agentes da ação, esses últimos foram encarregados da missão mais importante, dar vida ao projeto.

O primeiro ato concreto foi realizado na última semana letiva do 1º semestre de 2010, ou seja, às vésperas do recesso escolar de julho. A escolha dessa data para início foi para permitir um espaço maior de tempo de reflexão em torno da proposta. Assim, a primeira e significativa atividade desenvolvida na Escola Capilé foi apresentar e provocar o interesse nos estudantes das duas turmas de 3º ano do período noturno. Desse modo, essa ação inicial foi no sentido de proporcionar o espaço da reflexão. Foi entregue a cada aluno (a) cópia do texto “Conceitos de Memória e Identidade” e feita uma leitura introdutória para o grupo ir se familiarizando com o tema. No primeiro contato também ocorreu a organização das turmas,

ou seja, foram divididas em grupos menores, de aproximadamente 8 membros cada. O intuito era sempre de aproveitar da melhor maneira possível o tempo nos encontros, por isso, houve ainda um breve diálogo a respeito das principais dúvidas que surgiram acerca da proposta de trabalho.

Por fazer parte do planejamento da disciplina de Filosofia, foi colocado aos estudantes que parte da avaliação da disciplina no segundo semestre ficaria vinculada ao desenvolvimento e participação no plano de intervenção, respeitando a cultura escolar de avaliação pelos trabalhos de pesquisa realizados, porém, sem deixar de enfatizar a relevância da ação como ato concreto de cidadania, com o sentido de aulas práticas.

Com o fim do recesso escolar e a volta dos interventores à escola, a continuidade das atividades, no **2º encontro**, foi retomada com a discussão a respeito da leitura indicada, direcionando os jovens a pensarem sobre memória individual, memória coletiva, memória social e identidade. Os estudantes participaram da discussão, alguns de forma mais intensa colocando questionamentos, outros com exemplos, e também houve os mais reservados, que apenas observavam a movimentação. Também nesse encontro foi entregue uma cópia da súmula do projeto de intervenção para cada aluno (a), a fim de estudarem e compreenderem melhor as metas, os objetivos, a metodologia e outras informações do plano. Em seguida, foi proporcionado outro momento para tirar dúvidas, para esclarecimento do funcionamento e da participação de cada um e de cada grupo na intervenção.

Após a realização de dois encontros, foi possível perceber interesse e entusiasmo da metade dos alunos, em cada uma das duas turmas. A outra parte aceitou mais pela possibilidade de a intervenção contar como avaliação do 3º e do 4º bimestre na disciplina de filosofia. Pela constatação feita com a coordenação pedagógica da instituição, boa parte dos estudantes trabalham durante o dia e

estudam a noite. Talvez esse seja um dos motivos que justificam a falta de interesse de uma parte dos membros da intervenção, além de outros, como a própria questão da consciência com relação ao sentido da preservação do patrimônio escolar.

Uma preocupação no **3º encontro** foi com os estudantes ausentes nas primeiras semanas, por isso, foi estendida a discussão sobre o projeto e o momento de tirar dúvidas. Foi colocado no plano de desenvolvimento da intervenção que seria necessário estar sempre reforçando com o grande grupo o impacto da realização do projeto para toda a comunidade e o quanto era importante à participação de cada um. Nesse encontro, também foi realizado o sorteio dos segmentos que formam a comunidade escolar, assim, cada grupo formado pelos sujeitos escolares, no total foram formados 6 grupos, um para cada segmento (aluno (a), professor (a), coordenador (a), pai e mãe, servidores (as) e vizinhos (as), sendo que cada grupo ficou responsável por planejar a entrevista com um membro, de acordo com o resultado do sorteio.

Conforme as primeiras atividades foram sendo realizadas, as demais também se tornavam mais exigentes, como no **4º encontro**, em que os seis grupos (três na quarta-feira e três na sexta-feira) foram para a sala de tecnologia educacional para estudarem o básico sobre a metodologia da história oral e a técnica da entrevista. O encontro foi planejado para os interventores utilizarem a internet e acessarem o site do Centro de Memória da Unicamp (CMU) e no **link** do Laboratório de História Oral; nesse, há de forma bastante simplificada o que é história oral; como utilizar a história oral fora da universidade; além dos principais passos na elaboração de roteiro de entrevista. Os alunos (as) foram incentivados a questionarem sobre dúvidas diversas. Os agentes encontraram textos informativos que os levavam a compreender melhor o significado do trabalho com depoimentos orais e a importância de se prepararem para tal tarefa. Nessa ocasião, também foi possível perceber que muitos

estudantes ficaram preocupados com a complexidade da técnica e por terem obtido o primeiro contato com o procedimento de produção de documentos orais; no entanto, no trabalho de orientação a função foi justamente de tranquilizá-los, apenas reforçando que bastava um pouco de interesse, realizar a leitura novamente e participar das aulas práticas de elaboração de roteiro e gravação de entrevista.

Como a história oral e a entrevista em si são questões complexas para os estudiosos, para estudantes de ensino médio pode ser algo muito mais complicado. Assim, no **5º encontro** com os grupos os participantes receberam primeiramente um modelo de roteiro de história oral, como um exercício de prática, e cada grupo teve que elaborar seu próprio roteiro. Foi um desafio que colocou os estudantes para pensarem, pois, através do modelo e com as orientações do ‘professor pesquisador’, organizaram um roteiro que supostamente eles iriam utilizar para realizar a entrevista com o segmento estabelecido no sorteio. Porém, antes mesmo que os grupos concluíssem a atividade, foi informado que era um exercício de fixação e que, dos seis roteiros elaborados, um único seria pensado para aplicação e com pequenas mudanças dependendo do segmento. A participação dos estudantes foi sempre no sentido de colaborar com o grupo ao qual pertenciam. As alterações e as sugestões foram sendo feitas coletivamente.

Nessa semana do 5º encontro, os três grupos do 3º C não participaram da atividade, pois a comemoração do dia do estudante ocorreu na quarta-feira estabelecida no cronograma. As atividades programadas para esta turma ficaram para o encontro seguinte, somando duas atividades planejadas. Essa situação já era esperada, e quando ocorria a impossibilidade do encontro com os grupos dentro da semana, a atividade era aplicada na próxima com um acúmulo de tarefas. Foi possível perceber que os estudantes estavam compreendendo melhor a relevância da atividade, o interesse foi aumentando no decorrer dos encontros.

O primeiro desafio da semana que começava era permitir que os três grupos que não tiveram o exercício de elaboração de roteiro o fizessem. Então, foi explicada a proposta e a elaboração ficou como tarefa para ser entregue na semana seguinte. Para o 6º **encontro** estava programada, e ocorreu, a simulação de entrevistas entre os próprios estudantes dos seis grupos. No encontro com os grupos do 3º Ano C, a entrevista foi realizada com o roteiro modelo, utilizado na aula de elaboração de roteiro, já que nessa turma a atividade foi prorrogada. Com os três grupos do 3º D, as entrevistas foram realizadas com o roteiro organizado por cada grupo. A estratégia estabelecida para o treinamento foi que cada grupo tinha que nomear uma dupla de entrevistadores e escolher um membro de outro grupo para ser o entrevistado, porém, a primeira entrevista foi feita pelo professor-pesquisador. Em média, essas simulações de entrevista duraram de oito a dez minutos.

É importante ressaltar que durante a reflexão com os grupos foi trabalhada a história oral temática e em nenhum momento a história oral de vida; por isso, foram orientados a elaborar roteiros com no máximo oito questões. Este foi o primeiro contato direto dos participantes com o gravador na perspectiva de produção de documentos e uma experiência necessária antes das entrevistas em situação real: entrevistador (estudantes), gravador e entrevistados (membros da comunidade). Os grupos foram informados da necessidade de confirmação da dupla (entrevistador e auxiliar de entrevista), pois teriam que passar um tempo maior com o gravador – no caso, os estudantes levavam para casa e ficavam alguns dias com o aparelho.

Sempre que se iniciava uma semana, principalmente na segunda e na terça-feira, era importante revisar o que tinha e o que não tinha sido feito na semana anterior, assim, as alterações de cronograma eram feitas sem prejuízo. No 7º **encontro**, por exemplo, estava programado para se discutir os possíveis depoentes que po-

deriam ser convidados, ou seja, foi preciso começar a pensar numa pequena lista com 1ª, 2ª e 3ª opções. Mas na turma cujos grupos ficaram com importantes atividades acumuladas, o primeiro momento da aula foi utilizado para dialogar sobre os roteiros entregues e para realização de mais uma simulação de entrevista.

Em seguida, tal como foi a pauta do encontro com o 3º Ano D, os estudantes começaram a perguntar sobre como seria o perfil de um depoente e também citaram nomes para verificar o potencial de exploração. Ficou estabelecido perante os grupos que os entrevistados deveriam estar afastados atualmente da instituição escolar, portanto, tinham que pensar nos ex-coordenadores (as), ex-professores (as), ex-servidores (as), os aposentados; nos ex-alunos (as) e nos pais ou mães de ex-alunos (as); somente em relação aos vizinhos (as) não foi colocada nenhuma questão de escolha. Os motivos principais justificados aos estudantes em relação à escolha de membros que já não fazem mais parte do dia a dia da escola foram: primeiro, de valorização dos indivíduos que perderam contato com a escola; segundo, os mesmos teriam mais liberdade para usar a voz diante da diversidade de situações cotidianas da vida escolar.

Por último, foi lançada a reflexão sobre o lugar específico para criação do centro de documentação, sendo que nessa ocasião surgiu a preocupação de verificar os equipamentos de informática da escola que seriam disponibilizados para o andamento do projeto. No processo de interação com os interventores para alcançar um formato informatizado de centro de documentação escolar, foi colocada principalmente a questão da acessibilidade do acervo e do direito à memória. O espaço da biblioteca foi a primeira sugestão para fixação dos computadores preparados para receberem usuários interessados e possivelmente de estudantes acompanhados de suas respectivas professoras para a exploração do conteúdo do acervo.

O 8º *encontro* foi marcado pelas comemorações cívicas da semana da pátria, mas não houve nenhuma interferência na pro-

gramação das atividades do plano de intervenção. De início, foram apresentados aos grupos os documentos conhecidos como “cessão gratuita de direitos de depoimentos orais” e “cessão gratuita de direitos de imagem”. Após aquele momento com o gravador e simulação de entrevista, havia discussão acerca da legalização dos documentos orais e iconográficos, pois, conforme ficou estabelecido no diálogo com os estudantes interventores, não haveria possibilidade de disponibilizar um arquivo de áudio ou uma foto da entrevista sem que o entrevistado autorizasse por meio de documentação própria para esse fim. Os estudantes que foram entrevistados na aula da simulação preencheram os documentos e o assinaram na presença de todo o grupo.

A atividade também tinha como proposta mostrar o quanto é sério trabalhar como a metodologia da história oral, além de outras reflexões que a situação propiciou. Em seguida, os grupos receberam uma cópia do *passo a passo* do projeto e também o *cronograma* das ações para serem analisados e observados os avanços e as metas a serem alcançadas. A intenção era justamente provocar individualmente os membros em relação ao tempo para realização das atividades, aproveitando para lembrar que o envolvimento de todos era a chave para os bons resultados, que seriam obtidos com a conclusão da intervenção. Nesse encontro, alguns estudantes aproveitaram para apresentar nomes de depoentes e tirar dúvidas sobre como seria a abordagem para convidar e agendar a entrevista.

Para finalizar o 8º encontro, foi colocada para discussão a questão sobre o formato do centro de documentação, sendo que as duas principais sugestões foram de criar e organizar o acervo a partir de uma base fixa, ou seja, um computador para arquivar e administrar o “banco de dados” e mais três computadores interligados em rede para o acesso público. De acordo com a disponibilização da direção da escola, houve quatro computadores na biblioteca sem uso, os quais ficaram disponíveis para o desenvolvimento da ação.

A outra sugestão foi de criar em formato virtual, ou seja, de criá-lo diretamente no site da escola; porém, o problema principal foi o fato de a escola não possuir um servidor próprio. Assim, a falta de espaço (memória eletrônica) ou custo para solicitar espaço maior ao servidor que aloja o site da escola se transformou no grande problema dessa sugestão, além da necessidade de conhecimento suficiente na área de programação de *website*. A maioria entendeu que a primeira opção era mais conveniente para aquele momento, assim, os primeiros passos foram iniciados.

Vale destacar que o cronograma teve uma grande relevância, pois foi através dele que orientador e participantes permaneciam atentos em relação aos passos seguintes, respeitando as etapas de um projeto que envolvia o trabalho com a história oral e com o suporte da informática para organização de acervo de memória escolar.

O 9º *encontro* teve início com a entrega da “ficha do depoente” como primeira atividade, ou seja, cada grupo recebeu uma ficha para ser preenchida com as informações do depoente selecionado como primeira opção e que já tivesse manifestado interesse em colaborar. Além da entrega das fichas aos grupos interventores, também foram tratadas de questões pertinentes à tarefa, ou seja, sobre como estabelecer o contato com os entrevistados. Os grupos ficaram cientes do compromisso que deveriam assumir formalmente diante da proposta de intervenção. A ficha foi reorganizada para conter as seguintes informações: nome do entrevistado, perfil do entrevistado, o segmento que ele representa na comunidade, data e horário da entrevista, o nome do entrevistador e do auxiliar de entrevista. Em relação ao agendamento, é importante lembrar que ficou definido nas reuniões que a entrevista deveria acontecer no espaço escolar, no lugar da memória; caso contrário, se o entrevistado não tivesse condições de ir até a escola, o contato e o convite seriam feitos com a segunda opção do grupo e assim sucessivamente.

Um dos propósitos era colocar frente a frente as gerações que fizeram e fazem parte da memória da Escola Capilé; por isso, o procedimento de realização das entrevistas nas dependências da escola foi seguido pelos seis grupos. Também foi reafirmado o prazo para os grupos retornarem com as fichas preenchidas e o agendamento para realização da entrevista, ficando como prazo máximo o final do mês de setembro.

No segundo momento desse mesmo encontro, ocorreu uma rápida visita ao espaço da biblioteca. Com a proposta de colocar os interventores a frente das decisões, foram todos os envolvidos conclamados a pensar a organização do espaço e a viabilização dos equipamentos de informática que se encontravam no lugar. Na ocasião, alguns estudantes que possuíam formação e conhecimento na área da informática analisaram os computadores na perspectiva de criação do centro de documentação informatizado. Mas pela constatação da condição das máquinas analisadas ficou uma preocupação, pois os computadores disponibilizados pela direção eram obsoletos para a criação do centro de documentação. Então, segundo a versão dos estudantes que assumiram o trabalho de criar suporte para funcionar como banco de dados digital, haveria necessidade de aquisição de algumas peças e acessórios importantes para aproveitamento dos computadores e viabilização do centro e, consequentemente, a preservação da memória social da Escola Capilé.

Com a problemática absorvida pela maioria, individualmente começaram a surgir possibilidades de usar outras ferramentas da informática para criação do centro de documentação. Outros estudantes se manifestaram principalmente ao perceberem que esperar a aquisição por meio da compra dos componentes que tornariam os computadores compatíveis não seria rápido o suficiente e nem seria algo garantido, pois não sabiam das condições financeiras da escola. Portanto, defenderam a proposta de construção de um mecanismo mais viável para a realidade que estavam vivendo, uma vez

que o tempo era curto; assim acreditavam em uma proposta mais simples, aproveitando os recursos existentes. Foi possível perceber claramente nessa reunião que ocorreu na biblioteca o quanto os estudantes se tornaram conscientes de seu próprio fazer, passaram a ser sujeitos e encararam uma das situações mais difíceis do processo da intervenção.

Entre os alunos que se envolveram diretamente com criação do centro de documentação, ocorreu uma divisão do entendimento de como deveria ser o suporte informatizado. Entre quatro estudantes, dois acreditavam que seria possível criar um programa de banco de dados com um sistema de funcionamento básico e de fácil aplicabilidade; os outros dois defendiam a criação através do uso de um programa de banco de dados padrão universal, como aqueles que acompanham os softwares disponibilizados gratuitamente como o *Ubuntu* e *Linux*, ou mesmos os comerciais como *Windows*. Acrescentaram por último que bastava criar um mecanismo de senha para proteger o conteúdo. Ao final desse encontro foi marcada uma reunião para a semana seguinte na sala de tecnologia educacional – STE, pois os interventores perceberam que era necessário recorrer ao professor que era colaborador do projeto e com ele definir o que seria mais conveniente e interessante, tanto para quem estava com a missão de criar, como para o usuário.

Já era o final do terceiro bimestre do ano letivo. Conforme as atividades foram sendo desenvolvidas, os estudantes passavam a compreender melhor o significado da intervenção e o tempo dos encontros era mais bem aproveitado. Desta forma, o *10º encontro* já se configurava como parte fundamental da intervenção e como mais uma atividade planejada para a semana. No primeiro momento, foi estabelecido um diálogo com os estudantes e seus respectivos grupos, para relembrar a proximidade do encerramento do prazo, pois restava apenas uma semana para entregarem as devidas fichas com informações sobre o depoente e o agendamento da entrevista.

Os grupos mostraram que estavam cientes do prazo; no entanto, dentre os seis grupos, dois demonstraram maior preocupação. A causa era a falta de um depoente, ou seja, não tinham conseguido até aquele momento nenhum contato. Mas através do trabalho de orientação do ‘professor pesquisador’, foi possível apontar caminhos que os levariam aos nomes e possíveis meios de estabelecer o contato. A primeira sugestão foi de procurarem informação na secretaria da escola, solicitando a colaboração e informando sobre a realização do projeto, ou ainda, conversando com os professores que tinham mais tempo de escola e que deveriam conhecer membros que deixaram de fazer parte do cotidiano escolar.

Na sequência, foi entregue um pequeno texto adaptado da obra *História e memória*, de Le Goff, para cada estudante. Foi solicitado que fizessem a leitura e refletissem sobre manipulação e esquecimento da memória popular, inserindo mais uma vez a perspectiva de que a memória preservada nos museus, arquivos públicos, centros de documentação histórica e outros lugares de memória são normalmente das classes dominantes. O pequeno grupo que se formou em paralelo para tratar da questão do formato do centro de documentação escolar se reuniu na STE com a participação do ‘professor colaborador’ e do ‘professor pesquisador’.

A tarefa era complexa e estavam se dedicando além da expectativa, inclusive esses alunos já tinham visitado a STE no período vespertino para conhecerem melhor as máquinas e os aplicativos instalados. O assunto ficou em torno de como seria criada a ferramenta que daria vida ao centro de documentação escolar. A primeira dupla de alunos confirmou a possibilidade de criação de um programa específico de banco de dados; porém, para essa opção se concretizar, haveria necessidade de pelo menos um computador com maior capacidade de memória, pelo menos 500 GB, pois o PC disponível na STE contava com HD de 80 GB. A segunda dupla apontou para a importância de criar a ferramenta com os

equipamentos disponíveis, inclusive para não inviabilizar a proposta do projeto de intervenção. Alegaram que seria possível criar algo a partir de programas mais leves que não necessitariam de investimentos financeiros para aumentar a capacidade de memória eletrônica, ou seja, criar um aplicativo que funcionaria perfeitamente nos computadores que estavam disponíveis na STE, descartando aqueles que estavam na biblioteca, pois eram de capacidade inferior no que diz respeito a processador e também memória eletrônica. Apesar de, num outro encontro, ter sido descartada a possibilidade de o centro de documentação ser criado diretamente no *site* da escola, o professor da STE sugeriu a utilização deste como forma de driblar a falta de suporte mais atualizado dos computadores. Sobre essa sugestão, os quatro estudantes concordaram que o trabalho de programação de *website* é bastante complexo e que o tempo para preparação da documentação em formato “html” não seria suficiente. Alegaram ainda a preocupação com a continuidade pelas turmas futuras, pois ficaria mais difícil devido à complexidade do trabalho diretamente no site. Ao final dessa reunião, ficou o desafio de colocar em prática algo que se materializasse e proporcionasse ao grande grupo uma noção de como ficaria organizado o acervo.

Enquanto uma equipe tratava das tecnologias informatizadas na STE e sobre a criação do centro de documentação, os demais integrantes dos grupos permaneceram em sala com o texto e a reflexão sobre manipulação e esquecimento da memória. Com a junção das duas partes, após o término da reunião na STE, foi relatado que ocorreu um diálogo sobre a situação atual da biblioteca e o eventual problema em instalar os computadores com o centro de documentação naquele espaço. Assim, pela análise dos grupos, a biblioteca representa uma preocupação quanto à acessibilidade, ou seja, o direito de livre acesso ao acervo da memória. A situação da biblioteca já é conhecida por todos como um ambiente escolar que não funciona corretamente, pois não há um funcionário específico,

um bibliotecário ou atendente de biblioteca. De acordo com a política educacional do Estado do Mato Grosso do Sul, a biblioteca fica ao encargo dos professores (as) readaptados (as).

Duas questões principais foram tratadas no *11º encontro*, o primeiro que ocorreu com a participação dos seis grupos das duas turmas juntas na STE: a primeira colocação foi em relação à devolução da ficha do depoente, pois se havia encerrado o prazo para os grupos interventores entrarem em contato com um representante do segmento, que concordasse em ser entrevistado com o propósito de produzir o documento oral, de acordo com as metas estabelecidas no projeto de apreensão da memória do cotidiano escolar. A ficha deveria ser entregue com o devido preenchimento e contendo principalmente a informação do dia e do horário em que o depoente estaria disposto a se dirigir até a escola para participar da gravação da entrevista. Dentre os seis grupos, apenas um não entregou a ficha. Responsável pelo segmento dos pais, o grupo alegou a dificuldade em encontrar um representante do segmento com interesse e disponibilidade para participar. Pelo cronograma de ações a serem desenvolvidas, os agentes planejaram que a entrevista ocorresse no mês de outubro, assim, o grupo que não tinha encontrado um depoente correspondente ao segmento ainda tinha um mês para estabelecer o contato, agendar e realizar a gravação da entrevista.

A segunda questão diz respeito ao processo de criação do centro de documentação escolar em formato informatizado. Para ilustrar ou tornar a proposta mais perceptível aos estudantes, foram apresentados alguns exemplos de instituições especializadas na preservação da memória social. Através da navegação pela *internet*, os estudantes conheceram primeiramente o Museu Virtual da Memória da Educação de Minas Gerais, em seguida navegaram no site do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. O primeiro tem a preocupação com a memória da educação escolar, algo mais próximo do projeto desenvolvido na Escola Capilé, mas não disponibiliza

ao usuário virtual o acervo de história oral, apenas icnográfico. O segundo tem o maior acervo de documentos orais da América Latina, porém, especializado em memória política, disponibiliza uma grande quantidade de entrevistas transcritas. A visualização dessas duas instituições, um museu e um centro de documentação, que disponibilizam parte de seus acervos de formato digitalizado na rede mundial, favoreceu para a compreensão, principalmente dos quatro jovens que estavam pensando a criação e organização do centro de documentação escolar.

Portanto, paralelamente às atividades desenvolvidas para produção de documentos orais, no mês de outubro também foi iniciada a base para criação de um centro de documentação informatizado, sendo que o conceito discutido a partir de então foi principalmente de garantir acesso e direito à memória aos diferentes grupos da comunidade escolar. Conforme os agendamentos, a programação nas semanas seguintes ao 11º encontro seria intensificada, especialmente pela necessidade de recepcionar os convidados na instituição que fez parte de suas vidas, e ainda, acertar os detalhes com as duplas que ficaram responsabilizadas pela entrevista. Uma consideração importante ao final desse encontro foi que o trabalho realizado até aquele momento representava praticamente a finalização da fase denominada “pré-entrevista”, que foi bem-sucedida pelo entendimento dos próprios sujeitos escolares.

O 12º *encontro* foi marcado por um momento bastante inusitado: foi uma semana de grande movimentação, pois todos os dias, de segunda a sexta-feira, houve trabalho de apreensão dos documentos orais. Conforme os convidados iam chegando à escola para participarem da entrevista, foram muito bem recebidos por profissionais da instituição que não estavam esperando a visita. Assim, foi possível perceber que antes das entrevistas já se criou um ambiente de conversa sobre as lembranças do tempo em que aqueles atores dividiram o mesmo ambiente, um diálogo entre os que deixaram a

escola e os que ficaram, posteriormente a recepção era feita pelos estudantes participantes. De acordo com o agendamento que cada grupo tinha apresentado, as quatro pessoas convidadas compareceram no dia e no horário combinado. As entrevistas foram realizadas dentro do procedimento planejado, sendo que três foram realizadas com sucesso. Uma não saiu conforme o esperado, primeiro porque os dois alunos não se encontravam tranquilos o suficiente para uma boa condução da mesma; segundo, pelo fato de que a entrevistada estava bastante aflita com a situação de ter o depoimento gravado, não conseguindo falar sobre o que era perguntado. Foi uma entrevista de apenas 8 minutos, com vários problemas de ordem técnica. No entanto, esse grupo ficou comprometido de agendar novamente com outra pessoa do segmento de vizinhos (as) e também de se preparar melhor para o momento da entrevista.

A primeira entrevista foi com o segmento dos (as) servidores (as), respeitando o que era planejado nos encontros, uma dupla de estudantes para cada grupo que deveriam se preparar antecipadamente – essa dupla ficava responsável pela condução da entrevista, um como entrevistador e outro como relator do caderno de campo. No momento da entrevista, o orientador da intervenção acompanhava com a perspectiva de interagir na condução da entrevista quando a situação exigisse. A participação do professor pesquisador foi considerada importante para tranquilizar os estudantes que tiveram o primeiro contato com a técnica de entrevista através desse projeto. Também foi realizada a segunda entrevista com segmento dos (as) vizinhos (as), porém, com o compromisso de realização de outra; a terceira junto ao segmento de ex-alunos (as) da escola e a quarta com o segmento de coordenador (a). Nessa semana da intervenção, um número maior de indivíduos se envolveu com o processo, pois as entrevistas foram acontecendo em dias considerados normais do cotidiano escolar: professores e seus respectivos estudantes nas salas de aula e os demais profissionais da educação

exercendo suas funções normalmente. Assim, as entrevistas surgiram como uma novidade naquela circunstância das práticas escolares, por tudo que envolveu o processo de preparação e gravação das mesmas.

É importante ressaltar que essa etapa da intervenção teve também o significado de provocar a comunidade à refletir, pois foi nesse momento em que gerações diferentes se encontraram para tratar do tempo passado na instituição escolar e permitir aos mesmos o sentimento, o elo social que se cria através da memória. O momento da gravação não foi o único que possibilitou tal sentimento; foi possível observar que, ao voltarem à escola, membros da comunidade que se afastaram por motivos diferentes de acordo com o segmento, tanto antes como após o depoimento, procuraram estabelecer relações sociais com o grupo com o qual possuía afinidades. Na semana seguinte, ocorreu um período de recesso escolar, com duração de uma semana, que já faz parte da cultura escolar, devido à proximidade de três datas que são comemoradas no Mato Grosso do Sul: 11 de outubro, emancipação política do Estado; 12 de outubro, padroeira do Brasil e 15 de outubro, dia dos (as) professores (as).

Após o descanso e com o retorno dos estudantes ao ambiente escolar, a atenção durante o **13º encontro** foi dedicada principalmente aos três grupos que tinham a entrevista pela frente, com os respectivos segmentos: professores (as), pais e mães e vizinhos (as). De acordo com a agenda estabelecida por esses três grupos, a primeira dessa semana ocorreu com representante dos vizinhos (as), lembrando que essa foi uma nova tentativa, já que a primeira não aconteceu como planejado. Eles se prepararam e dessa vez a entrevista se desenvolveu de forma satisfatória e agradando a todos os envolvidos. Lembrando que houve uma preferência em convidar outro membro que também representava o mesmo grupo na comunidade escolar.

As outras duas entrevistas restantes foram agendadas para o dia seguinte, mas em horários diferentes para não haver prejuízos. Porém, a professora convidada para a entrevista não compareceu conforme o agendamento. O grupo responsável pelo segmento de pai e mãe de ex-aluno (a) conseguiu realizar o procedimento tranquilamente e mais uma entrevista foi finalizada com sucesso. Falta apenas uma entrevista para a finalização de mais uma etapa estabelecida no cronograma. Segundo o grupo de alunos (as) que ficou responsável pelo segmento de professores (as), o fato de não conseguirem realizar a entrevista se relacionou ao problema de outros compromissos assumidos pela professora, que, apesar de ser aposentada pela rede pública, continuava exercendo função na gestão de instituição de ensino da rede privada. Apesar de ter confirmado a participação por telefone, acabou desmarcando, alegando outros compromissos. Foi colocado para o grupo que essa situação deveria ser encarada com normalidade, pois em projetos de história oral já devem constar no próprio cronograma um espaço de tempo suficiente para casos como este. Assim, o grupo ficou de entrar em contato com outro professor ou professora para convidar para a entrevista e com agendamento para a próxima semana.

Foi também nessa semana que os grupos foram preparados para iniciar o trabalho de transcrição dos depoimentos para disponibilização em acervo do documento digitalizado. Cada grupo ficou responsável pela transcrição da entrevista correspondente. Os estudantes foram informados de que a transcrição deveria ser produzida com uma perspectiva de não reproduzir os vícios de linguagem. Sabendo que a transcrição seria um documento que ficaria exposto por completo, haveria a necessidade de ajustamento mínimo, mas nunca a substituição de palavras por outras, apenas digitar corretamente e excluindo vícios, por exemplo, o “né”. Até porque, caso houver interessados na leitura do documento na íntegra, será possível analisar o próprio arquivo de áudio, que ficará disponível na

escola. Além das atividades de tratamento dos documentos orais, a semana também foi de trabalho para os quatro participantes que estavam estudando meios de tornar o centro de documentação num ambiente informatizado. Foi uma corrida contra o tempo.

A intervenção chegava à última semana de outubro. Era o **14º encontro** e, de acordo com o passo a passo e cronograma do projeto, o trabalho desenvolvido até aquele momento correspondia com o planejado. Mas havia ainda uma entrevista para ser realizada, aquela que correspondia ao segmento do corpo docente. O grupo responsável estava buscando um contato que aceitasse o convite, mas ocorreu de um professor e duas professoras não aceitarem e apresentarem suas justificativas. Em todo caso, esses educadores ficaram sabendo que um projeto de preservação da memória estava sendo executado, ou seja, surgiu a oportunidade de difusão da intervenção.

Finalmente, houve colaboração da secretária do período noturno da escola, que conhecia uma grande quantidade de professores e professoras, pois essa profissional já trabalhava na escola por um longo tempo, inclusive estava prestes a se aposentar. Ela apresentou alguns nomes e os respectivos telefones (tudo isso através de uma velha agenda telefônica). Com uma ligação, conseguiram um contato, fizeram o convite e o agendamento para a mesma semana. Conforme o agendamento, a professora convidada compareceu e a entrevista foi um sucesso. Uma curiosidade sobre esta entrevista: como ela foi realizada na biblioteca, local onde há fotografias antigas nas paredes, de docentes e até alguns alunos da escola, em vários momentos do depoimento a professora indicava os atores nas fotografias para complementar sua fala. Sobre as atividades que envolveram a produção dos documentos orais, é preciso enfatizar a legalização dos mesmos, pois sempre que a seção era encerrada, já com o gravador desligado, era preenchido o documento de “cessão gratuita de direito de depoimento oral” e a “cessão gratuita de direito de imagem”, em seguida impressas e assinadas pelo depoente.

Outra informação relevante sobre essa etapa diz respeito ao ambiente da gravação: na Escola Capilé não houve dúvida sobre a qualidade da STE, com o mínimo de ruídos e interferência externa. A segunda opção era a biblioteca, também livre de ruídos, mas por ficar localizada bem em frente às salas de aula, a movimentação rotineira dos alunos durante a troca de professores (as) ou quando saíam da sala para a aula de educação física na quadra provocaram um pequeno prejuízo na qualidade de gravação de duas entrevistas que foram realizadas nesse lugar.

Com a conclusão do trabalho de gravação dos depoimentos, os estudantes estavam mais certos de que seu trabalho era fundamental para a viabilização de um projeto que teria vida longa, ou seja, eles demonstraram que tinham consciência que estavam produzindo algo que iria permanecer, apesar de estarem num momento de despedida da escola, pois já eram concluintes do ensino médio, último ano escolar oferecido pela instituição. Os participantes estavam mais conscientes da condição de sujeitos escolares que estavam desempenhando no processo.

Mais tranquilos com a finalização das gravações e a agitação que a ação provocou, a semana do **15º encontro** começou com uma proposta de dedicar um tempo para fazerem a reflexão sobre os passos que os estudantes tinham dado até aquele momento, considerando que eles exerceram a função principal do projeto, foram os responsáveis pela execução. Primeiramente, foi estabelecido um diálogo entre os grupos e os sujeitos que participaram das atividades já realizadas e, com o passo a passo e o cronograma nas mãos, também foram analisadas as ações futuras, aquelas planejadas para o mês de novembro.

Nessa ocasião, como o espaço dos encontros era aberto para a participação democrática de todos os envolvidos, o centro de documentação escolar que se encontrava em processo de criação, através de meios informatizados, ganhou nome próprio e desse en-

contro para frente passou a ser chamado de Centro de Memória Escolar – CME, da Escola Estadual Antonia da Silveira Capilé – EE-ASC. Com a intenção de provocar os estudantes a pensarem também sobre a relação da memória social com a formação de identidade, dentro do desenvolvimento do projeto, a continuidade do diálogo que se estabeleceu desde o início do encontro, culminou com a entrega de uma atividade que também fazia parte do planejamento da intervenção. A atividade foi pensada da seguinte maneira: em dupla, os alunos (as) deveriam produzir uma redação. Para isso, foram colocadas no enunciado várias palavras de grande significado dentro do tema abordado no projeto. Através desse retorno por escrito, também foi possível perceber o quanto os estudantes assimilaram a ideia da intervenção e, mais, reconheceram o quanto é importante preservar a memória da comunidade escolar.

Em relação à criação do Centro de Memória Escolar, as reuniões normalmente aconteciam separadamente, na própria STE e juntamente com o professor colaborador; porém, os estudantes que passaram a se dedicar especificamente nessa tarefa começaram a cobrar os documentos que formariam o acervo. Os arquivos de áudio foram entregues, mas com um detalhe: foi feita uma seleção do conteúdo gravado, respeitando uma questão, selecionado em programa de editor de áudio (*Expstudio*), em todos os seis depoimentos gravados, a mesma pergunta “Dentro desse tempo que viveu na escola, quais foram os três momentos que podem ser considerados os mais importantes para você?”, com a devida resposta. A opção pela seleção foi uma decisão tomada durante o processo, principalmente pela preocupação com o espaço de memória eletrônica dos computadores, o arquivo completo foi gravado em mídia removível para ser disponibilizado quando solicitado. Para o trabalho com as transcrições também foi estabelecido um prazo para que não prejudicasse a organização do acervo e a criação do CME.

Na reta final da intervenção, a inquietação dos participantes ficou por conta da finalização do trabalho de criação do CME, pois,

nessa semana do **16º encontro**, quatro grupos já haviam entregado a transcrição das entrevistas. O prazo final de entrega das transcrições tinha se encerrado nessa semana, mas dois grupos apresentaram suas dificuldades de finalizar a atividade e solicitaram mais uma semana; o tempo foi então estendido para a semana seguinte. As transcrições tiveram que ser revisadas e uma foi devolvida ao grupo, pois estava incompleta. Mas foi utilizada da mesma maneira, para adiantar a organização do acervo. Ficou o compromisso de posteriormente ser feita a substituição do arquivo de texto incompleto pelo completo, antes do lançamento do projeto.

Houve uma longa discussão sobre qual o formato digital que seria utilizado para criar o centro de documentação, com uma peculiaridade: como o acervo seria composto principalmente de documentos orais, isso acabou gerando uma expectativa que se prolongou por um tempo além do estabelecido no cronograma. Essa situação foi provocada principalmente porque os sujeitos envolvidos diretamente nessa tarefa ficaram divididos entre a proposta de desenvolver uma ferramenta mais simples com base em um programa de apresentação de *slides* e a outra, que sempre permaneceu como um desejo da maioria, inclusive da direção da escola. Mas o grupo sempre retornava à mesma questão: a complexidade do trabalho de programação de *website*. Contudo, apesar de ser descartada a ideia, ficou a expectativa, a curto prazo, de transformar o CME num ambiente virtual.

Dessa maneira, a condução desse encontro com os grupos interventores já foi no sentido de apresentar como ficaria o CME quando finalizado o trabalho. Parte restante do tempo foi conduzido pelos próprios estudantes que tinham projetado o centro de memória; eles explicaram ao grande grupo como estava sendo criado e como seria utilizado pelo usuário final. Portanto, os olhares e os esforços nessa reta final seriam direcionados à conclusão do CME. Para isso, três computadores da STE foram reservados para a reali-

zação do trabalho. Também ficou definido pelos quatro alunos que estavam envolvidos nesse processo que os últimos encontros seriam realizados em outro período, vespertino. Nessa semana também foi acertado com a direção da escola que os três computadores utilizados na criação do CME seriam utilizados permanentemente como a referência do lugar do centro. Esses computadores continuaram a fazer parte do conjunto de PC's que são utilizados diariamente pelo corpo docente da Escola Capilé, inclusive, neles também continuaram instalados todos os programas e *software* educacionais para as aulas agendadas na STE. O diferencial desses três é que foi criada a pasta do CME no *drive* C, com atalho para a área de serviço, *desktop*; assim, com um *click* do *mouse*, abre-se uma janela que dá acesso ao CME. O trabalho já tinha avançado e a esse ponto faltava criar os mecanismos facilitadores para os usuários acessarem os documentos dentro desse.

Conforme anunciado anteriormente, a semana do *17º encontro* foi decisiva para a conclusão dos trabalhos, o cronograma da intervenção estava a um passo de ser finalizado, principalmente porque todos os documentos estavam prontos para a composição inicial do acervo. Esse encontro foi dividido em seções, de segunda a sexta-feira, no período vespertino, para atingir a proposta de criar um centro de documentação escolar em suporte informatizado. Dessa maneira, um importante avanço foi conquistado pelos interventores: apresentaram a organização de um “banco de dados” digital, no qual foram utilizados programas básicos de armazenamento de arquivos e que permite a organização do conteúdo em “pastas”. Sobre o conteúdo do acervo, deve-se ressaltar que foi composto de imediato pelos seguintes documentos: fotos das entrevistas, transcrições e áudio das entrevistas.

No entanto, o CME fica aberto para a inclusão de diferentes tipos de documentos, tendo como diferencial seu acervo de memória oral. Em relação ao desenvolvimento de mecanismo de acesso aos documentos e a todo o conteúdo de uma forma geral, a sugestão

que acabou se transformando em realidade foi a de utilização como plataforma de um programa de apresentação de *slides* e aplicação de *hiperlink*, ou seja, foi disponibilizado um *menu* principal com as opções para o usuário clicar com o *mouse* e abrir os documentos conforme seu interesse. Então, os interventores fizeram os *hiperlinks* dos documentos organizados em pastas no banco de dados para o *menu* que aparece inicialmente na tela do computador, todas essas operações foram realizadas com muito sucesso.

A Sala de Tecnologia Educacional ficou sempre à disposição dos estudantes que trabalharam diretamente na criação do Centro de Memória Escolar em plataforma informatizada. Essa semana foi bastante corrida, principalmente pela possibilidade de lançamento CME no sábado letivo: dia 20 de novembro, pois, de acordo com o calendário escolar e programação da Escola Capilé, seria um dia com programação especial, dedicado à apresentação de projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo em diferentes temáticas. Assim, como a intenção do lançamento nesse dia de apresentações de projetos já tinha sido apresentada à coordenação e direção, sendo muito bem aceita, foi fechada com os estudantes que estavam desenvolvendo a plataforma a referida data para apresentar à comunidade o resultado da intervenção. Na sexta, véspera, o trabalho teve que ser intensificado, mas tudo ficou pronto e dentro da organização do evento para lançamento do CME. Alguns estudantes foram convidados e se disponibilizaram prontamente para acompanhar e orientar o público durante a apresentação.

Toda a comunidade escolar foi surpreendida por uma forte chuva na manhã do sábado em que haveria a atividade. Como boa parte dos projetos seriam apresentados no pátio da instituição, a realização foi considerada impraticável, até mesmo pela dificuldade de deslocamento do público convidado para as apresentações. A direção, coordenação e os docentes que estavam diretamente ligados aos projetos decidiram adiar a programação para 30 de novembro.

Como estava tudo certo para o lançamento no dia 20 de novembro, o **18º encontro** foi bem mais tranquilo; um momento de revisar os textos produzidos sobre a intervenção. Os textos que informavam sobre o projeto, a metodologia da história oral, o processo de criação, os participantes, foram inseridos no banco de dados, com o objetivo de orientar o usuário sobre a proposta da ação desenvolvida na Escola Capilé; também se aproveitou o tempo para revisar os textos das transcrições. A semana foi ainda aproveitada para se fazer a divulgação do lançamento do CME no interior da própria instituição e para pensar a questão da segurança dos arquivos nos computadores da STE em que foram instalados o CME. O professor colaborador já tinha instalado um programa que executa a função de “congelar”, ou seja, funciona como um instrumento que preserva as informações armazenadas; assim, o usuário até consegue fazer alterações, apagar arquivos enquanto o PC está ligado, mas o programa não permite que as violações sejam salvas definitivamente, após desligar e ligar novamente o computador. É importante ressaltar que os três computadores do CME não estavam operando em rede. A ferramenta criada para funcionar como um centro de documentação foi instalada individualmente em cada PC; assim, alterações e acréscimos necessitam ser feitos em cada máquina, individualmente, sempre com a senha do programa de congelamento para desativar função. Após salvar as mudanças, novamente com a senha do programa, ativa-se a função “congelar”.

Enfim, o 19º encontro, o último programado no cronograma, foi realizado em uma terça-feira (30/11), no final do quarto bimestre. Conforme programação, o dia foi de apresentação de projetos e, para dar visibilidade, principalmente ao público externo, cartazes que divulgavam a localização do CME nas dependências da STE foram colados pelos murais no interior da escola. Para essa atividade de apresentação do CME, foi organizada uma “enquete” para levantar a perspectiva dos visitantes em relação à importância de

um instrumento que tem a função de preservar a memória social da comunidade escolar. Ao final desse encontro, foi feita uma análise da divulgação em relação a alguns segmentos: junto ao segmento dos professores a reação foi das mais positivas, muitos demonstraram que reconhecem a importância do projeto e o impacto da apreensão da memória da classe docente da educação básica.

Em relação ao segmento dos estudantes, a reação é de curiosidade e o entendimento da proposta provavelmente só será alcançado a médio e longo prazos, após a garantia da continuidade do CME com o desenvolvimento de novos projetos que envolvam a temática da preservação da memória e patrimônio escolar, inclusive por professores de diferentes áreas. Também ficou um grande desafio para a sequência dos trabalhos do CME, que é organizar uma estrutura de centro de documentação em ciberespaço no website da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao optar pela investigação com história e memória de instituições escolares, é possível concluir que o resultado final traz uma grande contribuição ao estudo da história da escola pública brasileira e à memória social de grupos pouco lembrados pelas instituições responsáveis pela preservação de patrimônio histórico cultural. Essa consideração se relaciona aos dados levantados na referência bibliográfica da história regional e local, complementada pela investigação realizada nas sete primeiras instituições de ensino fundadas na cidade de Dourados.

Dentre as considerações, pode-se concluir que delimitar o objeto em “memória do cotidiano escolar”, e ainda, de instituições públicas e de regiões interioranas ou não centrais, garantiu além de originalidade do estudo, uma inserção na questão dos novos métodos e novas fontes à história da educação. Garantiu-se um espaço significativo no trabalho para a análise da memória como objeto e fonte da investigação, especificamente como fonte se percebeu a importância de tratar os depoimentos orais como documento indispensável na busca por memórias esquecidas ou silenciadas, que não foram reveladas em outros tipos de documentos guardados nos arquivos escolares. Além disso, há a posição de destaque das fontes orais na hierarquia das fontes. Por meio da realização deste, reconhece-se a grande diversidade de fontes históricas escolares que são passíveis de apreensão.

A evidência das contribuições no trabalho com fontes escolares é ampliada com a perspectiva de análise empregada sobre os arquivos escolares. A partir da relação estabelecida entre arquivos escolares e autoridade e competência educacional, tornou-se possível compreender que a pesquisa traz para a discussão algumas questões pertinentes ao tempo presente das instituições escolares, pensadas do ponto de vista da valorização da instituição e da co-

munidade. Contudo, as considerações tratam da potencialidade que o tema das fontes e arquivos escolares representa e pela perspectiva de ampliação nos próximos anos, inclusive com a perspectiva de implantação de centro de documentação escolar no interior das instituições educacionais.

É válido também enfatizar que o resultado final representa o desafio de fazer pesquisa no formato de “estudo de caso”, pois, a partir do momento em que se decidiu pela Escola Capilé, houve uma penetração ao seu interior, fator considerado determinante desta pesquisa. Ao adentrar o espaço escolar em questão, e com o início das atividades da intervenção, foi possível constatar que a história oral torna-se uma importante ferramenta do ensino das disciplinas que se utilizam das narrativas.

Outro elemento importante a ser considerado do resultado diz respeito à interlocução entre metodologias, métodos e técnicas de pesquisa científica. Assim, torna-se interessante a análise de que, a partir das referências metodológicas da História Oral e Intervenção Sociológica, do método da história oral temática e da pesquisa-ação, com a utilização das técnicas de entrevista e da informática, somados, verifica-se que o objetivo da intervenção foi alcançado, a criação de um centro de documentação escolar. Considerando ainda os modos de produção, é oportuno apontar a opção de trabalhar com a criação de centro de documentação ao invés de arquivo escolar, principalmente pela configuração interdisciplinar em que se constituem os centros, enquanto os arquivos se configuram como algo muito específico e próprio do campo da Arquivologia.

Por fim, as hipóteses verificadas por meio do itinerário da intervenção. Primeiro, pela aproximação das NTICs com a pesquisa em história da educação. Contudo, pode-se concluir que com a sistematização de novas tecnologias da informação e comunicação na criação do Centro de Memória Escolar no interior da Escola Capilé, fica organizado um modelo para ser utilizado em outras insti-

tuições. Segundo, a conclusão a que se chega sobre a experiência da intervenção funcionando como um “observatório” é de impacto abrangente, pois, por meio dos registros pontuais e pormenorizados de todos os passos dados no processo da intervenção, são produzidos dados que em outras condições jamais seriam possíveis. Assim, com a produção do “itinerário”, é possível analisar o caminho percorrido no trabalho que envolveu a comunidade da Escola Capilé.

Finalmente, o terceiro, que tem como potencial o trabalho com a “identidade social” de comunidades escolares. Por meio do plano da intervenção que colocou a comunidade no centro das decisões para o seu desenvolvimento, foi possível envolver todos os segmentos da comunidade no trabalho com a apreensão das fontes, organização do acervo e na criação do centro de documentação escolar. Assim, torna-se necessário ressaltar a hipótese da intervenção trazer contribuições diretas à comunidade escolar a médio e longo prazos, a partir da continuidade e manutenção do acervo. Com o lançamento do Centro de Memória Escolar, cria-se através deste, a hipótese da ação ganhar significado no processo de ensino aprendizagem, com grande potencial de envolvimento dos indivíduos em processo de formação e conscientização para novas sensibilidades, especialmente do sentido de preservação do patrimônio escolar. De acordo com a verificação no andamento da intervenção, o envolvimento funciona como meio transformador, ou seja, quanto mais indivíduos participarem e se envolverem com a construção e ampliação do núcleo de preservação da memória do cotidiano escolar, mais sujeitos conscientes do significado da história as escolas estarão formando.

Então, com os resultados obtidos na instituição escolar na intervenção, surgiu a hipótese do trabalho final, ou seja, por meio principalmente do itinerário, este poder servir de referência para professores, coordenadores e alunos buscarem a apreensão da memória e, em torno disto, a criação do laço social que permite construção da identidade em diferentes comunidades escolares.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

_____. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AMADO, Janaina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro, 2005.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BUENO, Natalia de Lima. *O desafio da formação do educador para o ensino fundamental no contexto da educação tecnológica*. 1999. Dissertação – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CASTELLS, Manoel. O poder da identidade. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil, 1993.

CORDOVA, M. J. Weber. Identidade regional e representação social na perspectiva do consenso. *HISTEDBR – 20 ANOS (1986-2006)*. Campinas: Gráfica FE, 2006.

DOLLAR, Charles. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 65-79, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

FERNANDES, Maria D. E.; FREITAS, Dirce Nei T. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. *Inter-Ação – Rev. da Faculdade de Educação da UFG*, v. 29, n. 1, p. 43-62, 2004.

FERNANDES, Lincoln C. *Manual de projeto de intervenção em memória da educação escolar*. Mimeo. PPGEdu/UFGD, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 419-440, 1997.

FRAGO, Antonio Vinão. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Rev. Contemporaneidade e educação*. Rio de Janeiro, ano 5, n.07, 2000.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GARRIDO, Joan del Alcázar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. São Paulo: *Rev. Brasileira de História*, v.13, n.25, p.33-54, set.92/ago.1993.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Rev. Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 01, p. 09-43, jan/jun, 2001.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL. Desenvolvido pelo Centro de Memória da Unicamp – CMU. Disponível em: <<http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/roteiro.html>>.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cinthya Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. As novas tecnologias e a pesquisa em história da educação. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Luciano Mendes de Faria Filho (Org.). Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

LÜDKE, Mena; ANDRÉ, Marli E. D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MATO GROSSO DO SUL. Projeto Político Pedagógico. Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé. Dourados/MS, 2007.

MAY, Tim. Perspectiva da pesquisa social científica. In: *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. *Rev. HistedBR*, Campinas n.14, jun.2004. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_096.html

MEIHY, José Carlos S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo; Loyola, 1996.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina da; TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. *Rev. Horizontes*, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

MOGARRO, Maria J. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. Sísifo. *Revista de Ciências da Educação*. Lisboa, p. 71-84, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rosiska D.; OLIVEIRA, Miguel D. Pesquisa social e ação educativa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PALHARES, Marina Silveira. O método da intervenção sociológica. *Rev. da Educação Pública*. Cuiabá, v. 08, n. 14, jan./jun. 2000.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1999.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria, ALBERTI, Verena (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000, p. 67-71.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Rev. Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, Set. 1989/fev. 1990.

SILVA, Ademar A. da; GONÇALVES, Carlos B.; SOUZA, Roney S. *Escola Capi-lê, 30 anos de história: ensino, cotidiano e relações de poder*. 2006. Disponível em: <<http://www.escolacapile.com.br/hist.htm>>.

SILVA, José Carlos Teixeira da. Tecnologia: conceitos e dimensões. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 2002, Curitiba, 23-25 de outubro. *Anais...* Curitiba, 2002, p. 1-8. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR80_0357.pdf>.

SOUSA, Maria A. Silva de. Arquivos Educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento. In: CASIMIRO, Ana P. B. S.; LOMBARDI, José C.; MAGALHÃES, Livia D. R. (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados; Araraquara: UNESP, 2000.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: ARQ-SP, mimeo, 2001.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. *Novos Estudos*. CEBRAP, ano 1, n. 3, p. 36-45. Julho, 1982. (Tradução de Danielle Ardaillon; originalmente publicado na Revue de Sociologie Schewiz-Ges. F. Soziologie / Soc. Suisse de Sociologie).

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

